

Veículo: Folha do Estado – Feira de Santana	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia

**FOLHA DO ESTADO**  
DA BAHIA

## Serviços do fisco baiano disponíveis online saiba mais

Parte dos serviços pode ser resolvida online, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail

04/05/2020 às 05:50h



Crédito: Reprodução

A **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)** agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da **página da pasta**, que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial em todas as unidades fazendárias, como parte da estratégia do governo baiano para conter a disseminação do novo coronavírus.

Parte dos serviços pode ser resolvida online, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail. Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado 'COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que, assim como o atendimento on-line, o suporte via telefone e e-mail foi intensificado para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos. "Nossos colaboradores foram orientados a oferecer todo o suporte para que os contribuintes possam acessar os serviços por meio dos canais eletrônicos".

Veículo: Camaçari Notícias	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia

**CAMAÇARI NOTÍCIAS**

## **Sefaz-Ba disponibiliza serviços via web na pandemia**



A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da página [www.sefaz.ba.gov](http://www.sefaz.ba.gov), que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial em todas as unidades fazendárias como parte da estratégia do governo baiano para conter a disseminação do novo coronavírus.

Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail. Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone “Carta de Serviços ao Cidadão”, na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado “COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes”.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da Sefaz-Ba, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que, assim como o atendimento on-line, o suporte via telefone e e-mail foi intensificado para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos. "Nossos colaboradores foram orientados a oferecer todo o suporte para que os contribuintes possam acessar os serviços por meio dos canais eletrônicos".

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

04/05/2020 15:34

## Sefaz-BA disponibiliza serviços via web na pandemia

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) agora oferece acesso a todos os seus serviços por meio da [página da pasta](#), que passou a ter papel mais ativo na interface do fisco estadual com os contribuintes depois da suspensão do atendimento presencial em todas as unidades fazendárias, como parte da estratégia do governo baiano para conter a disseminação do novo coronavírus.

Parte dos serviços pode ser resolvida on-line, no próprio site, havendo em alguns casos a necessidade de encaminhar documentação via e-mail. Para obter informações ou fazer alguma solicitação, basta clicar no ícone 'Carta de Serviços ao Cidadão', na lateral direita da página, e escolher a opção desejada. Para acessar especificamente os serviços que eram prestados de forma presencial e foram adaptados para a nova realidade durante a pandemia, pode-se também clicar no banner disponibilizado no alto da página, intitulado 'COVID-19 – Conheça os procedimentos virtuais para atendimento aos contribuintes'.

Caso encontre qualquer dificuldade, o contribuinte pode enviar e-mail para [faleconosco@sefaz.ba.gov.br](mailto:faleconosco@sefaz.ba.gov.br) ou ligar para o Call Center da Sefaz-BA, por meio dos telefones 0800 071 0071 (apenas para ligações de fixo) e 71 3319-2501 (ligações de fixo e celular), que funcionam de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária, Félix Mascarenhas, ressalta que, assim como o atendimento on-line, o suporte via telefone e e-mail foi intensificado para fornecer toda a informação necessária aos cidadãos. "Nossos colaboradores foram orientados a oferecer todo o suporte para que os contribuintes possam acessar os serviços por meio dos canais eletrônicos".

**Fonte: Ascom/Sefaz-BA**

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

**Governo do Estado da Bahia**

**Secom - Secretaria de Comunicação Social**

**3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB**

**CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia**

**Tel: +55 (71) 3115-9249**

**[Localização](#)**

**Horário de funcionamento:**

**De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.**

**Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)**



**Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença**

**[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)**

**[Versão mobile](#)**

Veículo: Política Livre	
Data: 04/05/2020	Caderno: Economia



04 de maio de 2020 | 13:50

## ***Lorena pede que governador adie cobrança de IPVA a taxistas, motoristas por aplicativo e mototaxistas***

### **SALVADOR**

A vereadora Lorena Brandão (PSC) entregou mais um projeto de indicação voltado ao combate aos efeitos da pandemia do Coronavírus em Salvador. A edil solicita através de proposição ao governador Rui Costa o **adiamento da cobrança do IPVA** dos veículos dos taxistas, motoristas por aplicativo e mototaxistas até a normalização das atividades.

“Além do risco que esses profissionais sofrem dia após dia em transportar muitas pessoas diariamente, eles também estão sendo prejudicados pela queda das atividades. Então, é necessário um suporte maior para eles neste momento de pandemia, principalmente por boa parte deles fazerem parte do grupo de risco, o que os impedem de trabalhar”, disse Lorena.

Anteriormente, a vereadora já tinha solicitado ao prefeito ACM Neto a inclusão desses profissionais entre 40 e 60 anos no programa Salvador por Todos, que auxilia diversos trabalhadores com R\$ 270, o que foi aprovado e sancionado na última semana.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 05/05/2020	



## RUI LIBERA R\$ 13 MILHÕES EM PRÊMIO POR DESEMPENHO POLICIAL



admin 5 Maio, 2020

O Governo baiano paga, nesta terça-feira (05), R\$ 13,7 milhões em gratificação a policiais militares, civis e técnicos que contribuíram para redução da criminalidade em suas áreas de atuação. O Prêmio de Desempenho Policial (PDP) é concedido para 13.702 servidores como forma de estimular, reconhecer e valorizar o desempenho no combate ao crime.

No atual momento de crise pelo qual atravessa o país, com retração atividade econômica em virtude da pandemia do Coronavírus e investimentos extras na área de saúde, o Governo da Bahia faz um esforço de caixa para pagar o prêmio às forças de segurança, em reconhecimento pelo trabalho desses servidores. “Parabenizo os policiais que se empenharam e conquistaram a meta de 6% de redução nas suas áreas de atuação, sem esquecer também daqueles que se esforçaram, mas não conseguiram. Combater a violência é uma tarefa árdua, diária e incessante”, destacou o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa.

Dentre o total de beneficiados, 11.216 são PMs e 1.974 Policiais Civis, além de 205 Peritos do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e 301 servidores da Secretaria de Segurança Pública. O valor mínimo pago aos servidores corresponde a R\$ 371, enquanto que o máximo é de R\$ 2.476.

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 05/05/2020	



## RUI CONTRATA 40 LEITOS E DOBRA CAPACIDADE EM VITÓRIA DA CONQUISTA



admin 5 Maio, 2020

A fim de fortalecer o enfrentamento à pandemia da Covid-19 na região sudoeste da Bahia, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesab), contratou 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas. A partir desta terça-feira (5), dois andares da unidade serão fechados para receber exclusivamente pacientes com casos confirmados do novo coronavírus. A estrutura montada dispõe de 20 leitos para internação clínica e 20 leitos de UTI para os pacientes com sintomas mais grave da doença.

O espaço foi adaptado para operar 24 horas por dia e contratou mais de 80 profissionais em diversas áreas, como técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, psicóloga, assistente social, auxiliar administrativo e equipe de serviços gerais. “Estamos ampliando a nossa capacidade de atendimento na região sudoeste, dobrando o número de leitos para atender o crescente número de infectados. É o empenho do Governo do Estado para não deixar os pacientes desassistidos”, afirma o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas.

De acordo com o administrador do HCC, Felipe Nery, os demais atendimentos feitos normalmente pelo hospital ocorrerão nos outros andares, mas com acesso distinto. “Montamos um estrutura que permite que os pacientes da Covid e os do fluxo normal do hospital não vão se encontrar em momento nenhum. Isolamos as entradas e saídas, com fluxos únicos e distanciados para reduzir o risco de contaminação. Todos os cuidados foram tomados; até mesmo o sistema de climatização é preparado para evitar a contaminação, inclusive do ar que é devolvido à atmosfera”.

A contratação de leitos dobra a capacidade da estrutura já oferecida pelo Governo do Estado para o atendimento da região, com 41 leitos no Hospital Geral de Vitória da Conquista e outros seis no Hospital Geral de Guanambi. Vitória da Conquista também vai realizar testes para detectar o novo coronavírus. Segundo a diretora-geral do Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA), Arabela Leal, com a atualização do protocolo da máquina que já faz a testagem de HIV em Conquista, será possível realizar mais de 90 testes da Covid-19 de uma só vez.

Fotos: Secom

Veículo: Bahia Econômica	Notícias
Data: 05/05/2020	



## VEREADORA PEDE QUE RUI ADIE COBRANÇA DE IPVA A TAXISTAS E AFINS



admin 5 Maio, 2020

A vereadora Lorena Brandão (PSC) solicitou ao governador da Bahia, Rui Costa, o adiamento da cobrança do IPVA dos veículos dos taxistas, motoristas por aplicativo e mototaxistas até a normalização das atividades. “Além do risco que esses profissionais sofrem dia após dia em transportar muitas pessoas diariamente, eles também estão sendo prejudicados pela queda das atividades. Então, é necessário um suporte maior para eles neste momento de pandemia, principalmente por boa parte deles fazerem parte do grupo de risco, o que os impedem de trabalhar”, disse Lorena. Anteriormente, a vereadora já tinha solicitado ao prefeito ACM Neto a inclusão desses profissionais entre 40 e 60 anos no programa Salvador por Todos, que auxilia diversos trabalhadores com R\$ 270, o que foi aprovado e sancionado na última semana.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 09:00

## ***Covid-19: Governo contrata leitos e dobra capacidade de atendimento em Conquista***



A Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) contratou 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus.

Com isso, a partir desta terça-feira (05), dois andares da unidade serão fechados para receber exclusivamente pacientes com casos confirmados do novo coronavírus.

A estrutura montada dispõe de 20 leitos para internação clínica e 20 leitos de UTI para os pacientes com sintomas mais grave da doença. "Estamos ampliando a nossa capacidade de atendimento na região sudoeste, dobrando o número de leitos para atender o crescente número de infectados. É o empenho do Governo do Estado para não deixar os pacientes desassistidos", afirma o secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas.

Com os novos leitos, dobra a capacidade da estrutura já oferecida pelo Governo do Estado para o atendimento da região, com 41 leitos no Hospital Geral de Vitória da Conquista e outros seis no Hospital Geral de Guanambi.

De acordo com o administrador do HCC, Felipe Nery, os demais atendimentos feitos normalmente pelo hospital ocorrerão nos outros andares, mas com acesso distinto. "Montamos um estrutura que permite que os pacientes da covid e os do fluxo normal do hospital não vão se encontrar em momento nenhum. Isolamos as entradas e saídas, com fluxos únicos e distanciados para reduzir o risco de contaminação. Todos os cuidados foram tomados; até mesmo o sistema de climatização é preparado para evitar a contaminação, inclusive do ar que é devolvido à atmosfera".

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2020	Caderno: Notícias



Terça, 05 de Maio de 2020 - 08:07

## ***Reforma da previdência para PM-BA prevê alíquota de 10,5% para pensionistas***

por **Lucas Arraz**

O governador Rui Costa (PT) enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) um projeto de reforma previdenciária para policiais e bombeiros militares do estado.

Entre as mudanças, o texto estabelece contribuição mensal de 9,5% para todos os segurados e pensionistas da categoria até o 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021, a alíquota previdenciária será reajustada a 10,5% para todos os militares.

Caso aprovada, a reforma fará pensionistas que não contribuem para o Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos da Bahia (Funprev) - aqueles que recebem menos de R\$ 5.839,45 - passarem a contribuir com os 9,5% em 2020 e 10,5% em 2021, sobre o bruto. Militares pensionistas que ganham R\$ 5 mil, por exemplo, com as regras atuais não contribuem para o Funprev. Em 2021, esses militares pagarão R\$ 525,00 de alíquota.

As mudanças ajustam a previdência da Bahia as novas regras para aposentadoria de militares feita pelo governo federal em 2019. Em Brasília, a reforma estabeleceu aumento da alíquota de contribuição de 7,5% para 10,5% para pensões militares a partir de 2021.

### **PARIDADE**

O texto estabelece também que, sempre que houver reajuste para a ativa, deverá haver reajuste na mesma data para pensionistas, no mesmo percentual.

### **INTEGRALIDADE**

Outro benefício dado aos militares com as mudanças será o de integralidade de pensão. Pelo projeto, os pagamentos serão integrais, ou seja, será pago o mesmo valor que o falecido recebia quando vivo no repasse das pensões.

Para o deputado estadual Capitão Alden (PSL), o aumento das alíquotas foram sacrifícios que militares tiveram que assumir para ter direito à integralidade e a paridade dos vencimentos, sem estarem sujeitos às regras do regime geral da previdência. O parlamentar criticou a proposta.

“Embora tenhamos conquistado esses ‘benefícios’, fomos prejudicados com a falta de correção nos salários ao longo dos anos. Já estamos caminhando para quase 8 anos sem aumento real nos salários. E os descontos só vem aumentando. Temos ainda o descumprimento reiterado por parte do governador que deixa de pagar os benefícios que a lei prevê, o que poderia melhorar muito os salários. Se os salários acompanhassem os aumentos previstos e fossem pagos o que a lei prevê, os policiais não sentiriam tanto com estes descontos”, debateu o parlamentar sobre o projeto.

Ainda não existe resposta sobre se o governo irá atualizar as atuais Pensões, que estão abaixo do valor integral.

Caderno: Bahia.ba	Veículo: Bahia
Data: 05/05/2020	Página: --



## Governo paga R\$ 13 milhões a policiais militares, civis e técnicos

***PDP é concedido a 13.702 servidores como forma de "estimular"***

Redação



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

Policiais militares, civis e técnicos recebem, nesta terça-feira (5), R\$ 13,7 milhões em gratificação. Os profissionais, de acordo com o Estado, contribuiram para redução da criminalidade em suas áreas de atuação. Segundo a gestão estadual, o Prêmio de Desempenho Policial (PDP) é concedido para 13.702 servidores como forma de estimular, reconhecer e valorizar o desempenho no combate ao crime.

Ainda segundo o governo, “no atual momento de crise pelo qual atravessa o país, com retração atividade econômica em virtude da pandemia do coronavírus e investimentos extras na área de saúde, a Bahia faz um esforço de caixa” para pagar o prêmio às forças de segurança, em reconhecimento pelo trabalho desses servidores.

“Parabenizo os policiais que se empenharam e conquistaram a meta de 6% de redução nas suas áreas de atuação, sem esquecer também daqueles que se esforçaram, mas não conseguiram. Combater a violência é uma tarefa árdua, diária e incessante”, afirmou o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa.

Do total de beneficiados, 11.216 são policiais militares e 1.974 policiais civis, além de 205 peritos do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e 301 servidores da Secretaria da Segurança Pública (SSP). O valor mínimo pago aos servidores corresponde a R\$ 371, enquanto que o máximo é de R\$ 2.476.

Caderno: Bahia.ba	Veículo: Covid-19
Data: 05/05/2020	Página: --



## Secretários de Saúde dizem que ajuda financeira do governo federal é insuficiente

***Segundo eles, municípios têm recebido mais recursos e estados têm agido quase sozinhos; Teich será cobrado***

Redação



Foto: Marcello Casal Jr./ Agência Brasil

Os secretários estaduais de Saúde têm lamentado a estratégia do governo federal na distribuição da ajuda financeira para combater a pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

Eles se reunirão nesta terça-feira (5) com o ministro Nelson Teich, que será cobrado para resolver esse imbróglio. Os secretários querem a ampliação da ajuda financeira, a aceleração da habilitação de leitos de UTI (que, dizem, está “muito atrasada”) e a definição de que modo o governo federal ajudará no custeio dos hospitais de campanha.

Segundo os gestores, o governo federal tem enviado mais recursos aos municípios do que aos estados, que estão arcando com os investimentos praticamente sozinhos. No Pará, por exemplo, os 720 leitos de campanha montados não tiveram ajuda. Além disso, mais de 90% dos leitos de UTI são bancados pelo governo estadual. As informações são da coluna Painel, da Folha de S.Paulo.

# Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Funcionalismo

04/05/2020 19:30

## Governo do Estado libera R\$ 13 milhões em Prêmio por Desempenho Policial

O governo baiano paga, nesta terça-feira (5), R\$ 13,7 milhões em gratificação a policiais militares, civis e técnicos que contribuíram para redução da criminalidade em suas áreas de atuação. O Prêmio de Desempenho Policial (PDP) é concedido para 13.702 servidores como forma de estimular, reconhecer e valorizar o desempenho no combate ao crime.

No atual momento de crise pelo qual atravessa o país, com retração atividade econômica em virtude da pandemia do coronavírus e investimentos extras na área de saúde, o Governo da Bahia faz um esforço de caixa para pagar o prêmio às forças de segurança, em reconhecimento pelo trabalho desses servidores.

"Parabenizo os policiais que se empenharam e conquistaram a meta de 6% de redução nas suas áreas de atuação, sem esquecer também daqueles que se esforçaram, mas não conseguiram. Combater a violência é uma tarefa árdua, diária e incessante", destacou o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa.

Do total de beneficiados, 11.216 são policiais militares e 1.974 policiais civis, além de 205 peritos do Departamento de Polícia Técnica (DPT) e 301 servidores da Secretaria da Segurança Pública (SSP). O valor mínimo pago aos servidores corresponde a R\$ 371, enquanto que o máximo é de R\$ 2.476.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

### Governo da Bahia

**Governo do Estado da Bahia**

**Secom - Secretaria de Comunicação Social**

**3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB**

**CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia**

**Tel: +55 (71) 3115-9249**

**[Localização](#)**

**Horário de funcionamento:**

**De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.**

**Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)**



**Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença**

**[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)**

**[Versão mobile](#)**

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2020	Caderno: Economia



05 de maio de 2020 | 09:35

## ***Indústria cai 9,1% com coronavírus e volta ao nível de 2003***

### **ECONOMIA**

A pandemia do novo coronavírus derrubou a produção industrial brasileira em março, informou nesta terça (5), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A queda em comparação com o mês anterior, de 9,1% é a pior desde maio de 2018, quando a greve dos caminhoneiros paralisou o país.

De acordo com o instituto, o desempenho de março de 2020 coloca a produção industrial brasileira no mesmo nível de agosto de 2003. A queda foi generalizada, atingindo todas as categorias econômicas e 23 dos 26 ramos pesquisados.

Em relação a março do ano passado, a produção industrial brasileira caiu 3,8%, no quinto resultado negativo nessa base de comparação. No ano, a indústria brasileira acumula queda de 1,7%.

“Mesmo com o efeito-calendário positivo, já que com 22 dias, março de 2020 teve três dias úteis a mais do que igual mês do ano anterior, observa-se a clara influência dos efeitos do isolamento social devido à pandemia de Covid-19, que afetou a produção de várias unidades produtivas no país”, disse o IBGE.

O primeiro caso conhecido de Covid-19 ocorreu em 25 de fevereiro. No mês seguinte, março, o país começou a sentir os efeitos econômicos do novo coronavírus, com fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de evitar avanço da pandemia.

Segundo dados do FGV/Ibre, a indústria brasileira teve atingiu em março o pior patamar de ociosidade dos últimos 20 anos. O Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada), aponta que, em média, as fábricas estão operando em 57,5% do que poderiam, nível 15,9 pontos

menor do que os 73,4% registrados em dezembro de 2016, o pior momento da recessão iniciada em 2014.

De acordo com os dados do IBGE, a principal influência negativa foi dada pelo setor automotivo, que teve queda de 28%, com o paralisações e interrupções na produção. Após o início da pandemia, 64 das 65 fábricas do país tiveram as operações suspensas, provocando efeitos negativos também na cadeia de suprimento.

Outras contribuições negativas relevantes vieram de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-37,8%), de bebidas (-19,4%), de couro, artigos para viagem e calçados (-31,5%), de produtos de borracha e de material plástico (-12,5%) e de máquinas e equipamentos (-9,1%).

Do lado positivo, estiveram apenas ramos de impressão e reprodução de gravações (8,4%), de perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (0,7%) e de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (0,3%).

Entre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis teve a queda mais acentuada na comparação com fevereiro, ao recuar 23,5%, com a queda na produção de automóveis. Os setores de bens de capital (-15,2%) e de consumo semi e não-duráveis (-12,0%) também tiveram taxas maiores do que a média nacional.

*Folhapress*

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2020	Caderno: Economia



05 de maio de 2020 | 07:06

## ***Governo contrata 40 leitos e dobra capacidade de atendimento contra covid-19 em Vitória da Conquista***

### **INTERIOR**

Para fortalecer o enfrentamento à pandemia da covid-19 na região sudoeste da Bahia, o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesab), contratou 40 leitos do Hospital das Clínicas (HCC), em Vitória da Conquista, para atendimento de pessoas contaminadas. A partir desta terça-feira (5), dois andares da unidade serão fechados para receber exclusivamente pacientes com casos confirmados do novo coronavírus. A estrutura montada dispõe de 20 leitos para internação clínica e 20 leitos de UTI para os pacientes com sintomas mais grave da doença.

O espaço foi adaptado para operar 24 horas por dia e contratou mais de 80 profissionais em diversas áreas, como técnicos de enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, psicóloga, assistente social, auxiliar administrativo e equipe de serviços gerais. “Estamos ampliando a nossa capacidade de atendimento na região sudoeste, dobrando o número de leitos para atender o crescente número de infectados. É o empenho do Governo do Estado para não deixar os pacientes desassistidos”, afirma o secretário da Saúde, Fábio Villas-Boas.

De acordo com o administrador do HCC, Felipe Nery, os demais atendimentos feitos normalmente pelo hospital ocorrerão nos outros andares, mas com acesso distinto. “Montamos um estrutura que permite que os pacientes da covid e os do fluxo normal do hospital não vão se encontrar em momento nenhum. Isolamos as entradas e saídas, com fluxos únicos e distanciados para reduzir o risco de contaminação. Todos os cuidados foram tomados; até mesmo o sistema de climatização é preparado para evitar a contaminação, inclusive do ar que é devolvido à atmosfera”.

A contratação de leitos dobra a capacidade da estrutura já oferecida pelo Governo do Estado para o atendimento da região, com 41 leitos no Hospital Geral de Vitória da Conquista e outros seis no Hospital Geral de Guanambi.

#### Descentralização da testagem

Vitória da Conquista também vai realizar testes para detectar o coronavírus. Segundo a diretora-geral do Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia (Lacen-BA), Arabela Leal, com a atualização do protocolo da máquina que já faz a testagem de HIV em Conquista, será possível realizar mais de 90 testes da covid-19 de uma só vez.

A coordenadora técnica do Núcleo Regional de Saúde do Sudoeste, Karoline Rebouças, conta que a unidade recebe uma média diária de 30 a 50 testes, provenientes de 74 municípios. “Não vamos mais enviar para o Lacen de Salvador. Hoje, as nossas coletas enviadas para Salvador demoravam até sete dias para ter o resultado. Agora, teremos resultados em até 48 horas”.

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2020	Caderno: Economia



05 de maio de 2020 | 06:52

## ***Secretários de Saúde veem ajuda financeira insuficiente do governo federal e vão cobrar Teich***

### **BRASIL**

Nesta terça (5), o ministro Nelson Teich terá reunião com os secretários estaduais de Saúde. Nela, será cobrado a engordar a ajuda financeira, a acelerar a habilitação de leitos de UTI (que, dizem, está “muito atrasada”) e a definir de que modo o governo federal ajudará no custeio dos hospitais de campanha.

Os secretários se queixam de que o governo federal tem enviado mais recursos aos municípios do que aos estados, que estão arcando com os investimentos praticamente sozinhos.

No Pará, por exemplo, os 720 leitos de campanha montados não tiveram ajuda. Além disso, mais de 90% dos leitos de UTI são bancados pelo governo estadual.

*Painel/Folha de S.Paulo*

## Retração nas vendas é de 32% sem o São João

Além do temor de contrair o coronavírus, a população sofre com a retração das vendas: a projeção da Federação do Comércio (Fecomércio) para a segunda quinzena de junho saiu de 23% para 32%, em relação ao mesmo período do ano passado, devido ao necessário cancelamento das animadas festas de São João.

A queda aumenta a importância de iniciativas solidárias para distribuição de alimentos e produtos de higiene e limpeza à medida em que os efeitos da pandemia reduzem a movimentação da economia em Salvador e interior do Estado.

– O desejo é que todos sigam as recomendações dos órgãos competentes de saúde para que o quadro de contaminação percorra de maneira sustentável para o sistema de saúde, e para que a economia, comércio e serviços possam voltar a funcionar com tranquilidade – diz o presidente da Fecomércio-BA, Carlos de Souza Andrade, consciente da importância de apoiar as medidas de contenção da peste.

A projeção de faturamento do varejo em dois dos principais segmentos, de supermercados e de vestuário, ficou em cerca de R\$ 810 milhões, o equivalente a R\$ 375 milhões menos em relação a 2019.

– Os empresários se veem numa situação desafiadora entre decidir se enfrentam a crise ou se fecham o negócio e demitem –, analisa o consultor econômico da Fecomércio, Guilherme Dietze.

Segundo o especialista, quem está empregado sente receio de comprometer a renda com qualquer tipo de dívida e limita-se ao consumo do básico.

De acordo com Dietze, a ausência dos habituais turistas, de importância inegável na movimentação das festas de São João, causou forte impacto negativo na revisão da projeção de queda para o período.

## Mercado espera que Copom reduza Selic para 3,25%

**KELLY OLIVEIRA**

Agência Brasil, Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) realiza hoje e amanhã reunião, em Brasília, para definir a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 3,75% ao ano.

De acordo com pesquisa do Banco Central junto ao mercado financeiro, a expectativa é que a Selic caia para 3,25% ao ano. Para a próxima reunião, em junho, a estimativa é que a taxa caia para 2,75% ao ano e termine 2020 nesse patamar.

Para o fim de 2021, estima-se que a taxa básica chegue a 3,75% ao ano. A previsão anterior era de 4,25% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão está em 5,50% ao ano, ante 5,88% ao ano, na semana pas-

sada. Ao final de 2023, as instituições mantiveram a previsão em 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

### Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC reduziram a previsão de inflação de 2020, pela oitava vez seguida. A projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caiu de 2,20% para 1,97%. A projeção para 2020 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

**ATARDE**

O jornal de toda Bahia



Foto: Souza / Ag. A TARDE / 19.1.2019

**O resultado positivo é o segundo maior da história para meses de abril**

## Balança comercial registra superávit de US\$ 6,702 bilhões

**WELLTON MÁXIMO**

Agência Brasil, Brasília

A queda das importações e a estabilidade das exportações fizeram a balança comercial registrar o segundo maior resultado da história para meses de abril. No mês passado, o país exportou US\$ 6,702 bilhões a mais do que importou em março, alta de 18,6% em relação ao resultado positivo de US\$ 5,653 bilhões de abril do ano passado.

Esse foi o segundo melhor resultado da série histórica para o mês, só perdendo para abril de 2017 (US\$ 6,963 bilhões). Com o resultado de abril, a balança comercial – diferença entre exportações e importações – acumula superávit de US\$ 13,239 bilhões nos quatro primeiros meses de 2019, valor 16,4% inferior ao do mesmo período do ano passado e o mais baixo para o período desde o primeiro quadrimestre de 2016.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 18,312 bilhões, com leve

queda de 0,3% em relação a abril de 2019 pelo critério da média diária. A queda foi puxada pelas vendas de manufaturados, que caíram 34,4% na mesma comparação em meio à pandemia do novo coronavírus. Os destaques foram automóveis de passageiros, com recuo de 81%, autopeças (-59,2%) e máquinas para terraplanagem (-50%).

As exportações de semimanufaturados caíram 4,8% em relação ao mesmo mês do ano passado. Os destaques foram couros e peles, com retração de 30,9%, celulose (-26,4%) e ferro-ligas (-23,7%). O que impediu uma queda maior nas exportações foram os produtos básicos, cujas vendas subiram 34,4% em abril. A alta foi puxada pela soja em grãos (+73,5%), pelo minério de ferro (+49%) e pela carne suína (+40,5%).

### Importações

O principal fator responsável pela melhora do saldo comercial em abril, no entanto, foram as impor-

tações, que somaram US\$ 11,611 bilhões no mês, com retração de 10,5% em relação a abril do ano passado pelo critério da média diária. As compras de bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) caíram 21,9%.

As importações de bens de consumo caíram 22,4%. As compras de bens intermediários recuaram 2,3%. Com a queda da demanda provocada pelas restrições sociais impostas durante a pandemia, a importação de combustíveis e lubrificantes caíram 28,3% na mesma comparação.

A queda do preço internacional do petróleo, que em alguns dias de abril chegou aos menores níveis desde 2002, também foi responsável pela retração no valor importado.

Depois de o saldo da balança comercial ter encerrado 2019 em US\$ 46,657 bilhões, o segundo maior resultado positivo da história, o mercado estima menor superávit em 2020, motivado principalmente pela pandemia do novo coronavírus.

## Petrobras bate recorde em abril e exporta 30,4 mi de barris

**AKEMI NITAHARA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Petrobras anunciou ontem que a exportação de petróleo chegou a 30,4 milhões de barris em abril, ou 1 milhão de barris por dia vendidos ao mercado internacional. A marca recorde ocorre em meio a uma crise mundial que diminuiu a demanda global por petróleo, por causa da pandemia do novo coronavírus que levou a severas restrições de circulação de pessoas em diversos países.

Segundo a companhia, o volume exportado no mês foi 145% maior do que em abril do ano passado e contribuiu para reforçar o caixa. O recorde anterior de exportação da Petrobras foi de 771 mil barris por dia, alcançado em dezembro passado. A es-

tatal informou que está direcionando os esforços para exportar a sua produção, após atender à demanda interna.

De acordo com a diretora da Petrobras, Anelise Lara, a nova especificação mundial para combustíveis marítimos, chamada de IMO 2020, beneficiou a empresa, já que reduziu de 3,5% para 0,5% o limite de teor de enxofre no óleo combustível.

### Terra e águas rasas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) prorrogou até 31 de dezembro o prazo para a Petrobras concluir as negociações de cessão de direitos dos contratos de campos em terra e em águas rasas. A venda dos ativos faz parte do processo de desinvestimento da empresa e deve ser submetido à ANP. A decisão atende a pedido da estatal por causa da pandemia.

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 05/05/2020	Página: B3

## **A briga por ventiladores**

Embora tenha comprado uma partida de ventiladores da China, Fábio Vilas-Boas, secretário da Saúde da Bahia, brada aos quatro cantos que só vai contar com eles de fato quando estiverem no almoxarifado.

– Os governos de Ceará e Pernambuco compraram ventiladores na China, o que já não é fácil, e o governo federal simplesmente confiscou.

No caso do Ceará, a Justiça mandou entregar 94 ventiladores. Era só o que faltava.

# Tribuna

## ECONOMIA

### CDL Bahia vai participar da campanha Juro Zero

LÍCIO FERREIRA  
REPORTER

A campanha "Juro Zero" - recém-lançada pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) - vai contar com apoio, literal, do CDL Bahia, conforme garante o presidente Antoine Tawil. "O objetivo dessa ação é a de sensibilizar os bancos públicos e privados a promoverem linhas de crédito sem juros para socorrer o setor produtivo e, por extensão, aos cidadãos brasileiros, que merecem uma reparação social dessas instituições, principalmente as privadas, pela ajuda que, às mesmas, receberam em 2008, quando eclodiu uma grave crise imobiliária nos Estados Unidos".

O presidente da CDL Bahia foi ainda mais incisivo para justificar as razões dessa campanha. "Na Europa e nos EUA, em 2008, a 'quebradeira' da economia foi geral. Enquanto aqui, no Brasil, foram os cidadãos brasileiros que seguraram a onda apoiando os bancos privados. Agora, é a vez dos bancos pagar o que devem a essas pessoas. Todos os bancos, têm uma grande dívida com a população brasileira, pois, na oportunidade, ficaram ilesos da grave situação que se alastrou pelo mundo", disse Antoine Tawil.

#### DÍVIDA

Na oportunidade, os brasileiros foram ao consumo e a máquina da economia continuou girando como se tudo estivesse normal. "Com essa pandemia, é hora do sistema financeiro pagar essa dívida com os cidadãos, oferecendo juros zero para que os mesmo



possam quitar as suas dívidas atrasadas e limpar o nome das instituições como SPC-Serasa". Antoine Tawil lembra que o Governo Federal liberou recursos do Tesouro Nacional, para os bancos atenderem o setor produtivo, mas esse dinheiro - com juros de 3,7% ao ano - ainda não chegou ao seu destino final.

"Para nós empresários, que estávamos acostumados com juros estratosféricos, os de agora, é quase zero. Esses mesmos juros deveriam ser estendidos às pessoas comuns para que elas possam pagar as suas dívidas e voltar a gozar do crédito financeiro no mercado. Se o governo disponibilizou esses recursos para o setor produtivo, em geral, os bancos deveriam se espelhar nessa atitude e proporcionar igualdade de condições aos brasileiros que hoje pagam mais de 300% ao ano para saldar suas dívidas bancárias. Atualmente, qualquer dívida de uma pessoa comum triplica em

valores, até o final do ano".

Antoine Tawil reafirma sua posição antes de encerrar a conversa. "É hora de dar uma ajuda aos microempreendedores do setor produtivo e olhar com mais atenção aos cidadãos desse país. São pessoas, que na sua maioria, pagam muito caro pelos bens que adquirem. Elas precisam que os bancos retirem todos os encargos financeiros das dívidas. O nosso povo é bom pagador. Mas já não aguenta mais com os encargos. O Sistema Financeiro brasileiro é por demais perverso e precisa atentar para essa situação".

#### CARIDADE

A campanha. "Juro Zero" não é interesse apenas do setor de comércio e serviços. É interesse de todo mundo que trabalha e produz neste país. "Não é possível que os nossos bancos pensem em ganhar com essa crise que está matando pessoas, empresas e empregos. Está na

#### FOCO

Objetivo é sensibilizar bancos públicos e privados a liberar linhas de crédito

hora deles demonstrarem solidariedade. É até mesmo um ato de patriotismo".

Segundo Marcelo de Souza e Silva, alguns dos associados da entidade chegaram até a alertar que algumas linhas de crédito anunciadas como "especiais" estão com condições de financiamento mais caras do que as linhas normais dos bancos que já eram adotadas no período antes da chegada do Coronavírus. Outra reivindicação é que o BNDES discipline o comportamento dos bancos na liberação dos recursos para o pagamento da folha dos funcionários, referindo-se à linha de crédito de 40 bilhões anunciada pelo Governo Federal. "Alguns bancos, para oferecer o crédito, estão obrigando as empresas a migrarem suas contas. O empresário não pode ser obrigado a isso. Isso é inconstitucional, é venda casada", afirmou.

Finalizando, o presidente da CDL/BH lembrou ainda que os cinco principais bancos do país, dois públicos, Caixa e Banco do Brasil, e três privados, Itaú, Bradesco e Santander, tiveram lucros de mais de 100 bilhões de reais em 2019. "Todos tiveram ganhos maiores em relação ao ano anterior. Esse Juro Zero não é caridade. É interesse dos bancos manter empresas sadias e pessoas empregadas. Se eles não cooperarem agora, muitos dos seus clientes, que proporcionam lucros para eles, vão quebrar".

# Tribuna

## Sistema de saúde entrará em colapso em dez dias

POLIANAANTUNES  
REPORTER

O sistema de saúde de Salvador pode entrar em colapso nos próximos dez dias devido ao novo coronavírus (Covid-19), conforme prevê um estudo apresentado ontem (4) pelo prefeito ACM Neto. Estimativa é que leitos clínicos comecem a saturar a partir do dia 14 de maio e os de UTI no próximo dia 20. Para evitar o colapso, o gestor decidiu prorrogar por mais 15 dias todos os decretos com medidas de restrição, que agora valem até 18 de maio.

Entre os decretos estão a suspensão das aulas na rede municipal e privada, suspensão das atividades em academias, cinemas, teatros, casas de espetáculo e demais equipamentos culturais, shoppings e estabelecimentos comerciais correlatos também seguem fechados.

Outras medidas, como suspensão das atividades em clubes sociais, recreativos e esportivos, fechamento das praias, suspensão do comércio de rua para lojas acima de 200 metros, suspensão das atividades em boates, dancesterias, clínicas de estética, restaurantes, bares, lanchonetes e lojas de conveniência. A exceção é para bares, restaurantes e lojas de conveniência que possuem delivery ou fazem entrega no balcão.

Está proibido, ainda, qualquer tipo de ação que



Foto: Valter Pontes\_SECOM

### RESTRICÇÕES

Prefeito diz que cenário pode mudar se população seguir decretos prorrogados

implique na emissão sonora, suspensão da realização de obras em imóveis habitados, salvo em casos emergenciais, suspensão da exigência do pagamento pela Zona Azul, uso obrigatório de máscaras, limitação do público máximo de 50 pessoas em qualquer tipo de reunião na cidade e a retirada de 3w0% dos trabalhadores da call center e telemarketing, que devem fazer home office.

A decisão do prefeito foi baseada, segundo projeções feitas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), parceira da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que ressalta

a saturação dos leitos de Unidades Terapeutas Intensivas (UTI), que está prevista para ocorrer no dia 20 de maio. Já a saturação dos clínicos tem data provável antes, em 14 de maio.

"Essa projeção só é possível graças a medidas restritivas que tomamos. Caso contrário, o cenário seria pior. Um dos exemplos disso é a taxa de letalidade na capital baiana, que ficou menor do que a nacional (3,6% contra 6,90%, no período de 28 de março a 3 de maio). Diante disso, e das projeções que temos, daí a necessidade de não relaxarmos agora

nas medidas restritivas", ponderou.

ACM Neto também anunciou a criação de um grupo de trabalho que acompanha de perto a evolução das medidas restritivas nos bairros da cidade. "Podemos começar a adotar medidas que não são aplicáveis a toda cidade, mas em lugares onde estamos percebendo o descontrole da mobilidade. Um exemplo disso é a Avenida Joana Angélica, onde notamos um movimento acima do razoável. Esse grupo vai avaliar, por exemplo, interdições específicas de via ou do comércio local", alertou.

## ECONOMIA

**EMPRESA** A Petrobras iniciou ontem o processo de venda do campo gás natural de Manati, na Bacia de Camamu, na Bahia. Esta primeira etapa consiste na divulgação da oportunidade (teaser), referente à venda da totalidade de sua participação na unidade de produção marítima em águas rasas no baixo-sul do estado.

A companhia detém 35% de participação. A Enauta Participações responde pela maior parte do campo com 45%. A Geopark Brasil E&P de Petróleo e Gás Ltda e Brasoil Manati Exploração Petrolífera Ltda, ambas possuem 10%. "A operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando a maximização de valor para os seus acionistas", escreveu a estatal no comunicado.

Localizado a 10 km da costa do município de Cairú, o Campo de Manati iniciou sua operação em 2009 e sua produção média no ano passado foi de 105 barris por dia (bpd) de condensado e 1.269 mil m<sup>3</sup>/dia de gás, através da plataforma fixa PMNT-1, que envolve uma estrutura submarina composta por seis poços produtores de gás.

O CORREIO buscou junto a Petrobras, o número de funcionários que seriam transferidos com a venda, mas não obteve resposta. As



DIVULGAÇÃO/PETROBRAS

## Petrobras coloca à venda campo de gás de Manati

próximas etapas de desinvestimento da companhia até efetivar a venda passam ainda pela fase não vinculante, quando são enviados aos interessados o memorando descritivo com informações sobre o ativo, a fase vinculante em que a companhia já recebe propostas efetivas, a concessão de exclusividade para a negociação e, em seguida, a aprovação da transação pela alta administração para só assim, fechar a operação.

Localizado a uma distância de 10 quilômetros da costa do município de Cairú, o campo da Manati iniciou sua operação em 2009

Para o coordenador do grupo de trabalho de Petróleo e Gás da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Roberto Fiamenghi, a decisão da Petrobras abre espaço para o investimento do setor privado, principalmente se Manati se tornar um campo não mais de produção, mas de estoque de gás.

"Há quatro anos esta produção já vinha caindo. É um campo que está perto da exaustão, só deve ter mais uns dois anos de exploração de gás. A grande dificuldade que a gente vê hoje com relação ao gás é não ter onde estocá-lo. O projeto da Enalta é transformar esse campo em um estoque de gás, algo que ainda não existe no Brasil e a Bahia seria pioneira nisso. Vai ser muito bom para o estado em um futuro próximo", analisa.

Ainda de acordo com Fiamenghi, a prática de usar poços esgotados para armazenamentos é comum em outros países, como os Estados Unidos, por exemplo. "A ideia é que esses navios possam parar em Manati e descarregar suas cargas de gás. Esse projeto de estocagem é muito interessante", completa.

Por outro lado, o Sindicato dos Petroleiros no estado (Sindipetro-BA), enxerga a venda da participação da Petrobras em Manati, como mais um sinal de retirada total das operações da companhia no estado, após fechar a Fábrica de Fertilizantes (Fafen-BA), vender a BR Distribuidora, paralisar o Edifício Sede e colocar à venda a Refinaria Landulpho Alves (Rlam).

"Esta venda anunciada hoje (ontem) faz parte da estratégia atual da empresa de sair completamente das suas atividades no estado da Bahia. Desde o ano passado, a direção da companhia já tinha anunciado suas intenções de desmobilizar a sua presença na Bahia, nas mais diversas atividades, seja no refino, na Fafen, no terminal marítimo, a desmobilização do Torre Pituba e agora as atividades de produção de exploração de Petróleo e Gás. A pretensão é essa", afirma o diretor de Comunicação do sindicato, Radiovaldo Costa.

35%

é a participação da Petrbras no campo de gás natural de Manati, na Bacia de Camamu

105

barris por dia (bpd) de condensado e 1.269 mil m<sup>3</sup>/dia de gás foi a produção média do campo no ano passado

45%

é a fatia de participação da Enauta no campo. Geopark Brasil E&P de Petróleo e Gás e Brasoil Manati são os outros sócios do negócio

**Correio\*****24h****ECONOMIA**

6

## Mais de 12 milhões devem refazer cadastro do auxílio

**BENEFÍCIO** Pelo menos 12,4 milhões de brasileiros que pediram o auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras) devem refazer o cadastro no aplicativo do programa ou no site [auxilio.caixa.gov.br](http://auxilio.caixa.gov.br), disse ontem o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. Segundo ele, este é o total de inscritos que tiveram o cadastro classificado como inconclusivo, porque as informações não puderam ser analisadas pela Dataprev, estatal de tecnologia que processa os pedidos.

De acordo com o presidente da Caixa, os cadastros inconclusivos podem estar relacionados a dados divergentes, como número do CPF, endereço e informações sobre dependentes. Guimarães enfatizou que apenas os cidadãos com pedidos considerados inconclusivos podem refazer o cadastro. Quem teve o benefício rejeitado e recebeu a classificação de inelegível

**Dos 97 milhões de pedidos de auxílio emergencial, em todo o país, 50,1 milhões foram aprovados pelo governo federal**

não pode retificar os dados.

Conforme balanço apresentado por Guimarães, dos 97 milhões de pedidos de auxílio emergencial, 50,1 milhões foram aprovados, 26,1 milhões, considerados inelegíveis e 12,4 milhões receberam a classificação de inconclusivos. Ainda há um total de 5,2 milhões de cadastros em análise.

O presidente da Caixa informou que divulgará o calendário de pagamento da segunda parcela do auxílio emergencial nesta semana. Previsto para começar em 23 de abril, o pagamento foi adiado para o início de maio porque o número de pedidos superou a previsão, levando o governo a pedir crédito suplementar.

Guimarães reiterou que os inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e os trabalhadores informais que se cadastra-

ram no site e no aplicativo receberão em dias diferentes dos beneficiários do Bolsa Família para evitar aglomerações nas agências. Quem está no Bolsa Família recebe o benefício nos últimos 10 dias úteis do mês, conforme o dígito final do Número de Inscrição Social (NIS).

O presidente da Caixa disse que aguarda definição do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, e do presidente Jair Bolsonaro para divulgar o novo cronograma.

Segundo Guimarães, o aumento do horário de funcionamento das agências da Caixa em duas horas diárias ajudou a reduzir o tamanho da fila de beneficiários que querem sacar o benefício em dinheiro. Desde ontem, todas as agências do banco abrem das 8h às 14h para o saque em dinheiro e para serviços essenciais, como emissão e troca de cartões.

## Deputados aprovam PEC do 'Orçamento de Guerra'

**PANDEMIA** A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, o novo texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o "orçamento de guerra", destinado exclusivamente a ações de combate à pandemia. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara, mas precisou ser analisada nova-

mente pelos deputados porque o Senado alterou a redação. A votação do texto-base, de forma remota, foi fatiada em duas. Primeiro, os deputados aprovaram os trechos mantidos pelo Senado. Em seguida, votaram as alterações feitas pelo relator na Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A votação da PEC, no entanto, ainda não está concluída. Os deputados precisam votar os destaques. O objetivo da PEC é separar do Orçamento Geral da União os gastos emergenciais usados no enfrentamento da doença, sem as exigências aplicadas ao orçamento regular, como a "regra de ouro".

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 05/05/2020	Página:



## DÓLAR VOLTA A ULTRAPASSAR R\$ 5,50

**MERCADO** Em um dia de nervosismo no mercado financeiro, o dólar comercial ultrapassou a barreira de R\$ 5,50. A moeda encerrou ontem vendida a R\$ 5,522, com alta de R\$ 0,084 (+1,55%). A Bolsa caiu 2,02% pela segunda sessão seguida e voltou a fechar abaixo dos 80 mil pontos. O euro comercial fechou em R\$ 6,04, voltando a romper a barreira de

R\$ 6. O dólar operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 10h20, chegou a encostar em R\$ 5,60. A divisa acumulou alta de 37,61% em 2020. O Banco Central (BC) interferiu pouco no mercado. A autoridade monetária apenas rolou (renovou) cerca de US\$ 500 milhões de contratos antigos de swap cambial.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 05/05/2020	Página:

# Correio\*

## **VENDA DE VEÍCULOS NOVOS TEM FORTE QUEDA EM MARÇO**

**CRISE** Com apenas 55,7 mil veículos novos vendidos em abril, o mercado brasileiro registrou o pior resultado mensal para o setor desde fevereiro de 1999. No mês passado, o primeiro completo de medidas restritivas por causa da pandemia do coronavírus, os negócios caíram 76% em relação a abril do ano passado e 66% ante março, quando começaram as limitações para indústria e comércio. Nos primeiros quatro meses do ano, as vendas caíram 27% na comparação com o mesmo período de 2019.

## **BALANÇA REGISTRA SUPERÁVIT DE US\$ 6,7 BI EM ABRIL**

**COMÉRCIO** A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 6,7 bilhões em abril, o melhor resultado para o mês desde 2017, apesar de reduções tanto nas exportações quanto nas importações. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior. O saldo de abril ficou acima do registrado no mesmo mês do ano passado, quando o resultado foi positivo em US\$ 5,6 bilhões. O superávit acontece quando as exportações superam as importações.

## Com receita menor, imposto digital entra na mira de Estados

Queda de arrecadação leva governos a estudar formas de tributar setores menos afetados pela pandemia

Por **Rodrigo Carro e Marta Watanabe** — Do Rio e de São Paulo

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---





Rogelio Pegoretti, do ES: Insegurança jurídica é grande; devemos acompanhar iniciativa do Rio e seus desdobramentos — Foto: Gabriel Lordello/Mosaico Imagem

Em meio aos efeitos da crise na arrecadação, os governos estaduais estudam formas de tributar segmentos de atividade que se fortaleceram durante a pandemia ou foram menos abalados. No radar estão a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a transferência eletrônica de dados, como streaming, ou a venda em plataformas virtuais. Em alguns casos, o desafio para gerar novas receitas é enfrentar o imbróglio jurídico envolvido.

No Rio de Janeiro, sancionada pelo governador Wilson Witzel (PSC) em abril, a Lei 8.795/20 é alvo de controvérsia entre tributaristas por pretender cobrar o ICMS sobre operações eletrônicas de prestação de serviços de comunicação ou de vendas de bens e mercadorias digitais, mediante transferência eletrônica de dados. A lei ainda precisa ser regulamentada para entrar em vigor. Na prática, prevê a incidência de ICMS sobre a prestação de serviços via streaming.

Com uma queda projetada de R\$ 11,4 bilhões na receita de ICMS para este ano, o governo do Rio de Janeiro se baseou num convênio de 2017 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para adequar a legislação estadual à cobrança do imposto sobre operações com bens e mercadorias digitais.

Sócia da área tributária do escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe, Maria Fernanda Furtado conta que a legitimidade do próprio convênio é alvo de questionamento na Justiça. Cinco Estados e mais o Distrito Federal incorporaram até agora o convênio a sua legislação.

“A lei pretende caracterizar alguns desses bens de natureza digital como mercadorias”, esclarece a advogada. No entender de Maria Fernanda, a cessão de acesso ao conteúdo digital (sejam filmes, áudio ou jogos) via internet não pode ser classificada como serviço de comunicação nem como uma venda de mercadoria digital. Isso porque assistir um filme pela web, por exemplo, não implica na cessão

definitiva da titularidade daquele conteúdo. “Existe dificuldade em capturar a riqueza gerada pelo comércio eletrônico”, diz a tributarista.

Outra questão importante é a disputa entre Estados e municípios pela tributação do streaming. Uma alteração na Lei Complementar 116/2003 incluiu o streaming entre as bases de cobrança do ISS, arrecadado pelos municípios. Esse conflito de competência está sendo julgado em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pelo Supremo Tribunal Federal, lembra Eduardo Fleury, sócio do FCR Law.

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, defende a tributação dessas operações em plataformas digitais, mas devido ao conflito de competência entre Estados e municípios, o governo capixaba deve acompanhar a iniciativa fluminense e seus desdobramentos para tomar uma decisão. “Há empresas que defendem que nem o ISS e nem o ICMS podem ser cobrados”, diz. Além da insegurança jurídica, que pode resultar em custos judiciais, avalia ele, é preciso analisar se o momento de crise é adequado para lançar novas tributações.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que neste momento a estratégia é melhorar mecanismos de fiscalização em segmentos já tributados. No de restaurantes, a ideia é controlar melhor as vendas pelas plataformas digitais, que tornaram-se mais representativas durante a crise. As plataformas, diz o secretário, terão de informar as vendas para a Fazenda que, com base nos dados, vai controlar o ICMS recolhido pelos restaurantes.

No caso da tributação que o Rio quer instituir, além da questão da disputa entre Estados e municípios, há questões de legalidade que certamente serão questionadas, segundo o tributarista Gustavo Brigagão, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados. O texto da Lei 8.795/20 determina que o recolhimento do ICMS ficará a cargo das detentoras do site ou da plataforma eletrônica que comercializarem o serviço de streaming ou, em alguns casos, pelo intermediador financeiro, como as operadoras de cartão de crédito e débito. “Isso é ilegal porque a definição do responsável financeiro exige lei complementar e esse responsável precisa ter relação com o fato gerador, o que não é o caso da operadora de cartão de crédito.”

“A lei foi falha ou pelo menos incompleta ao não especificar em que hipóteses o intermediário financeiro poderá ser notificado”, aponta ainda João Rezende, associado da área tributária do Trench Rossi Watanabe.

Maria Fernanda Furtado destaca que a tendência mundial é de concentração da responsabilidade pelo recolhimento dos tributos sobre as plataformas digitais.

Em nota, a Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro informou que os principais objetivos da lei “são o de proteger o emprego, oferecer uma concorrência mais leal, permitir a médio prazo a redução da carga tributária e diminuir o custo da burocracia para as empresas, já que, em médio prazo, a lei vai reduzir em até 30% a burocracia em ICMS”. A Fazenda fluminense argumenta ainda que haverá redução de sonegação fiscal.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

Médico alerta: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

DR. RAFAEL FREITAS

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil

EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

Empresário lança guia gratuito que ajuda quem quer empreender a faturar alto.

MARCIO SÁ

### LINK PATROCINADO

A fortuna de Whindersson Nunes deixou sua família em lágrimas

GAME OF GLAM

# poder

PAINEL | **Camila Mattoso**  
painele@grupofolha.com.br

## Quem parte e reparte...

Nota elaborada por técnicos da Câmara mostra que o estado que mais ganhou com a troca para o socorro aprovado no Senado foi o Amapá, do presidente Davi Alcolumbre (DEM). Em termos per capita (dividindo o valor pela população), o Amapá receberia R\$ 189 por habitante no projeto da Câmara. No do Senado, o valor subiu para R\$ 733. São Paulo, de João Doria (PSDB), viveu o oposto: receberia R\$ 549 por habitante no texto da Câmara e passou a R\$ 279 na fórmula do Senado.

**QUANTO CUSTA** A versão aprovada pelos senadores prevê o repasse de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, valor inferior ao que havia sido proposto pela Câmara, de quase R\$ 86 bilhões. Uma das diferenças entre as duas cifras é o tempo de vigência da ajuda. O texto da Câmara, previa 6 meses, o do Senado, 4 meses.

**SOMA** Os técnicos simularam também quanto cada estado receberia se o auxílio da Câmara durasse os mesmos 4 meses, com valor de R\$ 66 bilhões. Comparando com o texto do Senado, o Amapá ainda é o que mais ganha com a diferença entre os dois modelos. Receberia R\$ 133 por habitante na versão da Câmara contra R\$ 733 na do Senado.

**OUTRO LADO** A assessoria de Alcolumbre informou que um dos critérios da repartição do Senado, diferente da Câmara, é a incidência da Covid-19, e os mais afetados proporcionalmente são AM, AP, CE e RR.

**VALIDADE** Rolando de Souza, novo diretor geral da Polícia Federal, fez reuniões individuais nesta segunda (4) depois de tomar posse. Ele relatou a colegas ter planos de longo prazo. A interpretação é que ele quis mostrar que não será tampão e não tem prazo para deixar o cargo.

**VENCIMENTO** Depois da suspensão do STF de Alexandre Ramagem, Jair Bolsonaro disse algumas vezes que iria recorrer da decisão e que ainda sonhava com seu nomeado no posto de comando da PF.

**RESET** A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) está em busca de um novo aparelho celular, segundo relatos de colegas. Há um pedido no Supremo para que o ministro Celso de Mello autorize busca e apreensão do telefone da parlamentar.

**ALVO** Zambelli foi envolvida após Sérgio Moro divulgar mensagens trocadas com ela na tentativa de mostrar que não teria aceitado promessa de nomeação ao STF em troca da interferência política na PF.

### TIROTEIO

“Os governadores vão começar a dissecar esse cadáver, porque esse assunto já está morto. E aí virá nova rodada de pressão

Do economista Raul Veloso sobre o projeto de socorro federal aos estados votado no Senado e em discussão na Câmara

com Mariana Carneiro e Guilherme Sesto

### GRUPO FOLHA

**FOLHA DE S.PAULO** ★★ ★  
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo  
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseus | 01202-900 | (11) 3224-3222  
Atendimento ao assinante  
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Ombudsman  
ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000  
Assine a Folha  
assine.folha.com.br | 0800-015-8000

### Jornal Filhado no IVC

Circulação paga às terças-feiras (2020). Impressão mais digital (IVC)  
Páginas vistas no site da Folha em abril 2020 (Google Analytics)  
Visitantes únicos no site da Folha em abril 2020 (Google Analytics)

321.202 exemplares  
428.386.071  
73.786.377

Assinaturas semestrais à vista com entrega domiciliar diária		Carga tributária 1,47%	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 685	R\$ 858	R\$ 1.089	R\$ 1.177
Outros estados		R\$ 1.460	
Venda avulsa		Carga tributária 1,47%	
MG, PR, RJ, SP	DF, SC	ES, GO, MT, MS, RS	AL, BA, PE, SE, TO
R\$ 5 (seg. a sáb.)	R\$ 5,50	R\$ 6	R\$ 6,25
R\$ 7 (domingo)	R\$ 8	R\$ 8,50	R\$ 11
Outros estados		R\$ 13,50	



Jair Bolsonaro exhibe papel com impressão de conversa com o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro; o presidente admitiu ter escrito a mensagem, mas a chamou de fofoca. Pedro Ladeira/Folhapress

# Bolsonaro eleva a tensão política e provoca fissuras no STF e entre militares

Ministro da Defesa divulga nota pedindo respeito entre Poderes e condenando violência em ato prestigiado pelo presidente domingo

**BRÁSILIA E SÃO PAULO** A elevação da tensão política a partir de gestos do presidente Jair Bolsonaro está provocando fissuras no Supremo Tribunal Federal e entre militares.

No domingo (3), o presidente esteve com apoiadores em manifestação que atacava a corte e o Congresso, entre outras bandeiras antidemocráticas. No ato, repórteres foram agredidos por participantes. Empolgado com o protesto, Bolsonaro disse estar junto com as Forças Armadas “ao lado do povo” e afirmou que havia chegado “no limite”.

Entre os militares, a tensão provocada por Bolsonaro obrigou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, a emitir a segunda nota oficial em menos de um mês para afastar a ideia de que os fardados têm intenções golpistas.

O presidente estava decidido a desafiar o Supremo nesta segunda: queria renomear o chefe da Agência Brasileira de Inteligência, Alexandre Ramagem, como diretor geral da Polícia Federal.

O delegado tivera a posse suspensa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, na semana passada. Ramagem é amigo da família de Bolsonaro, e a PF investiga o caso em casos como o inquérito sobre disseminação de fake news.

O presidente acabou desistindo após uma operação que durou boa parte da madrugada, com telefonemas e visitas de aliados e também de políticos não alinhados, como o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Seu plano B, contudo, continha uma provocação ao Supremo. Ele designou para a PF um subordinado de Ramagem na Abin, Rolando Souza, e deu posse a ele no Palácio do Planalto. A primeira medida de Rolando foi iniciar o processo para substituir o chefe da PF no Rio, território da família Bolsonaro que o ex-ministro Sérgio Moro disse estar na mira do presidente.

A decisão de Moraes, a despeito de a corte ter feito uma defesa unânime dele ante a

acusação do presidente de que sua decisão havia sido política, divide os ministros no STF.

O presidente do colegiado, Dias Toffoli, não foi consultado sobre a questão e considera que Moraes ultrapassou o sinal entre os Poderes.

Para ele, houve a prevalência do chamado ativismo judicial na medida.

Nesta segunda, Marco Aurélio Mello vocalizou a preocupação dos ministros. Em ofício a Toffoli, defendeu que suspensões de atos de outros Poderes sejam decididas pelo colegiado de 11 ministros, e não de forma monocrática.

“É uma medida para evitar o desgaste que estamos tendo agora”, afirma ele, referindo-se à decisão de Alexandre de Moraes. “Quando se invade área alheia, é sempre um problema seríssimo”.

O guru da área digital de Bolsonaro, seu filho Carlos, vereador no Rio, passou o Réveillon passado com Ramagem.

Além disso, a PF tem cooperação estreita com as autoridades do Rio que apuram ligações do gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, filho do presidente e hoje senador, com milícias.

O ex-ministro da Justiça Sérgio Moro deixou o cargo acusando o presidente de querer mudar a direção e superintendências da polícia por motivos políticos.

No sábado, ele depôs no inquérito do caso, gerando tensão no Palácio da Alvorada. Moro, antes um dos esteios do governo, apresentou histórico de mensagens trocadas com o presidente que, segundo ele, comprovavam intenções de Bolsonaro.

Também no sábado, uma outra decisão do Supremo, impedindo a expulsão de diplomatas da ditadura venezuelana do Brasil, irritou de vez o presidente.

A declaração de Bolsonaro no domingo, de que as Forças Armadas estão “do lado do povo”, foi dada um dia depois de se reunir com os três comandantes e os ministros militares na Alvorada.

“Quando se invade área alheia, é sempre um problema seríssimo”

Marco Aurélio Mello ministro do STF, sobre decisão que barrou posse de Alexandre Ramagem na Polícia Federal

“Julgo que cada um tem que navegar dentro dos limites da sua responsabilidade. Hoje existe uma questão de disputa de poder entre os diferentes Poderes, existe uma pressão muito grande em cima do Executivo”

Hamilton Mourão vice-presidente

“Estão me acusando por causa disso, dizendo que estou interferindo na Polícia Federal. Não é isso? Eu estou dizendo que é fofoca mesmo, tá ok?”

Jair Bolsonaro presidente

O ministro Fernando Azevedo, ponto de contato entre os generais do governo e os da ativa, além do Judiciário, elaborou uma nota nesta segunda que admoestou todos os lados da polêmica.

Disse que as Forças Armadas defendem a independência entre Poderes, dando assim razão a Bolsonaro, mas condenou a agressão a jornalistas — que o presidente minimizou.

“As Forças Armadas cumprem a sua missão constitucional. Marinha, Exército e Força Aérea são organismos de Estado, que consideram a independência e a harmonia entre os Poderes imprescindíveis para a governabilidade do País”, diz nota.

Ele afirma que a liberdade de expressão é “requisito fundamental” em um país democrático, mas continua dizendo que “no entanto, qualquer agressão a profissionais de imprensa é inaceitável”.

Enquanto isso, instado a falar sobre a violência na manhã da segunda, Bolsonaro atribuiu a “alguns possíveis infiltrados” as agressões.

E completou: “Pessoal do Globo vem aqui falar besteira. Essa TV foi longe demais”, disse, sem repudiá-las as agressões aos repórteres.

“As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. Este é o nosso compromisso”, completa Azevedo no texto.

Nota semelhante havia sido divulgada em 20 de abril, um dia depois de o presidente ir à frente do quartel-general do Exército em Brasília apoiar manifestantes bolsonaristas pedindo intervenção militar contra os outros Poderes.

Associação entre governo e Forças Armadas, inevitável, incoerente setores da ativa dos militares.

Bolsonaro cogitou no fim de semana a troca do comandante da Força, Edson Pujal, a quem os filhos do presidente consideram distante da frequência do pai na condução da crise do coronavírus.

mercado **coronavírus**

# Petrobras busca tanques de terceiros para estocar gasolina

Estratégia mostra gargalos na capacidade de armazenamento de combustível

Nicola Pamplona e Júlia Moura

**RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO** A Petrobras tem consultado distribuidoras em busca de tanques para guardar provisoriamente sua produção de gasolina, em um momento em que decide ampliar a produção de suas refinarias, tanto para garantir o abastecimento de gás de cozinha quanto para produzir combustível de navegação.

A estratégia indica gargalos na capacidade nacional de armazenamento de derivados de petróleo em meio à pandemia do coronavírus, que derrubou as vendas de combustíveis automotivos no país. Segundo autoridades, porém, ainda não há problemas para estocar petróleo.

As vendas de gás de cozinha cresceram 12% em março após o início das medidas de isolamento para conter a contaminação pelo novo coronavírus. A expectativa do setor é que o número de abril venha ainda maior, já que considera o mês inteiro de isolamento.

O cenário levou a Petrobras a intensificar as importações do combustível, mas há gargalos também na estrutura para trazer o produto. Gasolina e gás de cozinha são produzidos nas mesmas unidades de refino, o que significa que o aumento a produção de um deles amplia também a do outro.

Uma redução do nível de utilização das refinarias havia sido anunciada no início da pandemia, mas foi revertida na semana passada. Além da demanda por gás de cozinha, a Petrobras vem sendo beneficiada pela maior procura, no mercado internacional, por combustível de navegação menos poluente, que o óleo do pré-sal é capaz de produzir.

Segundo dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior), as exportações de óleos combustíveis do país vêm se sustentando em elevados patamares apesar da crise.

Na média diária de abril, até a semana passada, foram 71,2 mil toneladas, 47,6% a mais do que no mesmo mês de 2019.

O aumento das vendas ocorre desde o fim de 2019, atingiu recorde em fevereiro e se mantém durante a pandemia em resposta a novas restrições a emissões de poluentes no transporte marítimo que começaram a vigorar em janeiro.

Com baixo teor de enxofre, o petróleo do pré-sal produz combustível para navios mais limpo e é valorizado por isso: em 2019, a Petrobras chegou a vender o barril com prêmio de US\$ 4 sobre a cotação do Brent, referência internacional negociada em Londres.

A exportação de petróleo também vem em alta: em abril, a Petrobras atingiu recorde histórico, com a marca de 1 milhão de barris por dia. No início da pandemia, a estatal havia estabelecido um teto para a produção de petróleo em 2,27 milhões de barris, mas também reviu a decisão.

“Com a evolução da demanda por nossos produtos se mostrando melhor do que o esperado, optamos pelo retorno gradual para um patamar de produção média de 2,26 milhões de barris por dia, acompanhado de aumento do fator de utilização da capacidade de refino”, disse a empresa.

Suas refinarias, que chegam a operar quase à meta-da capacidade na primeira quinzena de abril, estão retomando as operações para produzir mais combustível. No dia 26, segundo o Ministério de Minas e Energia, estavam em pouco mais de 60%.

A mudança de rumos deslançou um esforço para evitar estrangulamento da capacidade de armazenamento de outros derivados. Uma das estratégias é a busca por tanques de outras empresas para colocar produtos que saem das refinarias com o combustível marítimo.

Em outra frente, a empresa acelerou a realização de leilões de gasolina e diesel com descontos para atrair distribuidoras que ainda tenham tanques disponíveis e queiram aproveitar para guardar produto mais barato. Apenas na semana passada, foram realizadas duas ofertas.

Não há dados públicos sobre o uso da capacidade de armazenamento de combustíveis no país, mas o setor vê gargalos diante da queda da demanda, percepção reforçada pela estratégia que a estatal vem colocando em prática.

Para especialistas, a situação pode piorar caso o governo não aprove a elevação de tributos sobre a gasolina para melhorar a competitividade do etanol. Por algumas ocasiões neste mês, a Petrobras já alertou para os impactos da medida, que é defendida pelos usineiros, sobre suas operações.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), refinarias, terminais e distribuidoras no país podem guardar até 137 milhões de barris de combustível, o equivalente a 77 dias de produção de derivados em 2019.

Em nota à Folha, a Petrobras confirma que consultou clientes sobre a disponibilidade de tanques para estocar temporariamente seus produtos. Já a infraestrutura para armazenar petróleo tem “fo-

## Postos mandam carta a Bolsonaro contra aumento em tributo

Entidades que representam donos de postos de gasolina enviaram carta ao presidente Jair Bolsonaro se posicionando contra a proposta de aumento de impostos sobre a gasolina, que vem sendo negociada pelos produtores de etanol. Na sexta (19), o deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), que integra a Frente Parlamentar da Agropecuária, afirmou que o governo já tomou a decisão de elevar em R\$ 0,20 por litro a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que hoje é de R\$ 0,10, e instituir imposto de importação sobre a gasolina. O Ministério da Economia afirmou que nenhuma decisão havia sido tomada. “Esse aumento viria em um momento completamente inoportuno para a revenda de combustíveis, que também está em crise, com queda vertiginosa nas vendas”, dizem os donos de postos que sugerem que, em vez de ampliar o imposto sobre a gasolina, o governo zere a alíquota de PIS/Cofins sobre o etanol, que também é um dos pleitos dos usineiros. Os produtores de etanol pedem ainda crédito para financiar os estoques que estão empacados por falta de demanda.

gараzoável”, diz a companhia. A falta de espaço para guardar o óleo nos EUA levou a cotação do petróleo tipo WTI (West Texas Intermediate), referência no mercado americano, a operar, em 20 de abril, em terreno negativo pela primeira vez na história.

A crise colocou no noticiário internacional a pequena Cushing, cidade de 7.800 habitantes em Oklahoma, um dos principais centros de armazenagem de petróleo nos EUA. Na sexta-feira anterior ao colapso do WTI, 76% da capacidade de armazenagem em Cushing estava ocupada. Na sexta seguinte, já eram 81%. Com medo de não ter onde guardar petróleo, investidores preferiram pagar para não receber os barris.

O problema é mais acentuado nos EUA, mas há gargalos em outros países. O setor vem recorrendo a navios como alternativa de tançagem, o que fez as ações de empresas de transporte marítimo de petróleo dispararem.

No Brasil, boa parte da produção é guardada nos tanques das próprias plataformas —devido à dificuldade para construir dutos ligando os poços em alto-mar ao litoral, a Petrobras é a petroleira que mais usa os chamados navios-plataforma.

Segundo a ANP, os navios-plataforma em operação em águas brasileiras podem guardar 87 milhões de barris de petróleo. Em terminais e tanques de refinaria, há espaço para outros 76 milhões de barris. Essa infraestrutura garantiria 57 dias da produção média de 2019.

“Mesmo com a redução da demanda por derivados de petróleo, a capacidade de armazenagem de petróleo continua bastante robusta no país.”

“Armazenagem não é um problema para o Brasil. A Petrobras pode cortar produção se não tiver mais como armazenar. E, por mais que você armazene e venda depois, o alto nível do estoque leva o preço a cair, o que não é vantajoso para a Petrobras”, afirma Luiz Carvalho, analista do banco suíço UBS.

Além disso, por ser altamente inflamável, o custo de armazenagem e transporte do petróleo é alto.

“O petróleo pode conter gases que, em contato com o oxigênio, podem explodir. É necessário um sistema de ventilação adequado ou tanques sem oxigênio. Se tivesse espaço e o custo de estocagem não fosse tão alto, valeria a pena comprar”, afirma Ricardo Cabral de Azevedo, professor do curso de engenharia do petróleo da USP.

## Brasil tem capacidade para armazenar 159 milhões de barris de petróleo

Onde o petróleo pode ser armazenado

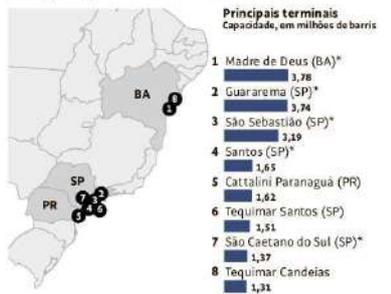
Em milhões de barris

97	38	34
Plataformas de produção	Tanques de refinarias	Terminais de armazenagem

Entre os terminais, 73% da capacidade está concentrada em São Paulo e no Rio e pertencem a Transpetro



Terminais de combustíveis têm capacidade para guardar 50 milhões de barris. Bases de distribuidoras de combustíveis conseguem guardar outros 17 milhões de barris



As refinarias, além de produzir combustíveis, também têm grande capacidade para armazenagem



Nos Estados Unidos, o uso da capacidade de armazenagem de petróleo, que soma 653 milhões de barris, disparou após o início da pandemia e fez o preço do barril despencar



## Indústria freia produção e projeta dano prolongado por pandemia



Tempo de impacto do coronavírus na empresa



## Indústria sofre tombo em velocidade recorde

Fernanda Brigatti

**SÃO PAULO** A demanda menor das famílias e as políticas de isolamento social aplicadas em estados e municípios a partir de março levaram a uma queda recorde no nível de utilização da capacidade instalada da indústria.

O indicador calculado pelo Ibré/FGV para o setor, o Nuci (Nível de Utilização da Capacidade Instalada), aponta que, em média, as fábricas estão operando em 57,5% do que poderiam. Esse nível representa 15,9 pontos a menos que os 73,4% registrados em dezembro de 2019, o pior momento do ciclo de crise entre os anos de 2014 e 2016.

O tombo na produção foi tão grande agora que ele levou a utilização da indústria,

de um mês para o outro, ao menor patamar em 20 anos.

“Na crise anterior, tivemos um ciclo de 37 meses em queda até o pior momento. Agora, em dois meses, a queda no Nuci foi duas vezes maior que no ciclo 14-16”, diz a economista Renata de Mello Franco, do Ibré. Em fevereiro, o índice estava em 76,2%.

A queda também não foi homogênea, afetando mais os setores considerados não essenciais, como a produção de automóveis, de calçados e artigos de couro e de vestuário.

No segmento automotivo, a indústria está operando com 21,5% da capacidade, enquanto o percentual médio de utilização da capacidade instalada nesse setor é de 78,6%. Em um mês, a queda foi de 61,5%. No pior momento do último

período de crise, a produção ocupou 56,5% da capacidade.

Renata Franco diz que os setores não operam com 100% da capacidade, mesmo que alguns fiquem próximos da utilização total.

No caso da indústria de peças de vestuário, a redução foi ainda maior. De utilização média do potencial produtivo de 88,3%, o setor operou com apenas 20,5% em abril. No de outros e calçados, o nível está em 24,8% —a média é de 79,6%.

Renata diz que há duas diferenças principais na reação da indústria da transformação no período de crise anterior e de agora.

A primeira refere-se ao modo brusco como as atividades foram reduzidas na pandemia. “Naquele momento, a partir do esgotamento do mo-

delo de desenvolvimento, as empresas viraram se adaptando à queda na demanda. Dessa vez, o que se viu é que, em dois meses, 18 pontos da capacidade instalada debararam de ser usados. É algo que a gente não tinha visto antes”, afirma.

Para Renata, os setores que menos tiveram alteração nos níveis de utilização são os setores de saneamento e saúde e ao que as famílias priorizam quando perdem renda ou estão inseguros quanto ao futuro.

Na indústria de alimentos, o nível atual de utilização da capacidade está em 74,5%, pouco abaixo dos 78,5% da média para o segmento. No setor farmacêutico, o mês de abril ocupou 81,1% do que a indústria do segmento consegue atender, acima do nível médio, de 76,7%.

# Decreto de Bolsonaro beneficia empresa da família de Salim Mattar

Secretário de Desestatização é sócio de locadora, atividade liberada por ser considerada essencial; ele nega ter participado de discussões

Julio Wizaack e Fábio Pupo

**BRASÍLIA** Decreto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) favoreceu uma empresa da família de Salim Mattar, secretário de Desestatização e Privatização. Ele é sócio da locadora de veículos Localiza.

Bolsonaro liberou o funcionamento normal do ramo durante a pandemia do coronavírus por considerar o aluguel de veículos uma atividade essencial. A medida está em vigor desde quarta-feira (29).

Bolsonaro já editou dois decretos sobre atividades essenciais, ampliando a lista. A locadora fundada pela família de Salim é a principal empresa do setor e foi beneficiada pelo segundo.

Consultado, Salim afirmou não ter participado das discussões sobre as atividades essenciais. Segundo ele, a legislação vigente caracterizaria qualquer interferência como conflito de interesses.

A Presidência da República não quis comentar o assunto. Pessoas que participaram dos debates no Ministério da Economia afirmam que a lista passou pelas mãos de secretários próximos a Salim. Entre eles está Carlos da Costa (Produtividade, Emprego e Competitividade).

Depois disso as atividades consideradas essenciais foram encaminhadas à Casa Civil para edição do primeiro decreto. Esse texto foi assinado em 20 de março deste ano.

Naquele momento, Bolsonaro liberou poucas atividades. A equipe econômica já tentava ampliar o universo de empresas contempladas, preocupada com o impacto da paralisação generalizada.

O transporte de passageiros por aplicativo, como Uber, 99 e Cabify, foi considerado essencial. O ministério então tentou incluir locadoras na lista. Boa parte da frota dos aplicativos é alugada.

Entidades que representam o setor de locação, como a Anav, enviaram ofícios a Bolsonaro pressionando pela inclusão. A Localiza integra a associação.

O setor tem 10,8 mil locadoras espalhadas pelo país. Elas empregam 75 mil trabalhadores.

O novo decreto, do dia 29, não entendeu, excluindo o transporte via aplicativos da lista. Caberá à estados e municípios decidir o que fazer nesse caso.

Empresas como a Uber informaram acionistas de

que a demanda por viagens caiu mais de 70%. Isso não justificaria, que motoristas de carros alugados continuassem em atividade por causa dos custos.

Essa situação foi discutida pelo ministério. Técnicos consideraram que não haveria motivos para a inclusão das locadoras.

O ideal seria contemplar os motoristas de aplicativos com a ajuda de R\$ 600 do auxílio emergencial. Mesmo assim, as locadoras foram incluídas na lista.

Na pasta da Economia, Salim tem o papel de defender o "estado mínimo" e o investimento privado em alinhamento com a agenda liberal do ministro Paulo Guedes.

Segundo a Bolsa, o secretário continua como um dos principais acionistas da Localiza, com 5,5% dos papéis com direito a voto. Ele tem também direito a receber lucros e dividendos.

A Folha pediu que analistas de mercado calculassem a participação a que o secretário teve direito com base nas informações divulgadas pela própria companhia aos acionistas.

O valor pago neste ano foi de R\$ 3,9 milhões. Em 2019, Salim recebeu R\$ 12 milhões, diluídos em três pagamentos ao longo do ano — maio, agosto e novembro.

Em 2018, quando o empresário ainda fazia campanha para Bolsonaro, os dividendos totalizaram R\$ 6,9 milhões.

A Localiza só opera com ações que dão direito a voto nas assembleias, e a maior parte dos papéis (73%) está pulverizada no mercado.

Por meio da assessoria de imprensa, Salim afirmou ter se desvinculado de suas empresas em dezembro de 2018.

"Sua nomeação foi submetida à apreciação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, que avaliou critérios como patrimônio e situações de potencial conflito de interesse", disse a nota.

"O secretário atendeu a todos os requisitos exigidos e foi nomeado em 10 de janeiro de 2019", disse a assessoria.

Quando lhe foi perguntado sobre os ganhos de lucros e dividendos, a assessoria de Salim afirmou que a Lei do Servidor Público permite que ele seja acionista de empresas. É vedada a gestão ou a administração.

O ex-presidente da Comis-



O secretário Salim Mattar

**LOCALIZA DIZ QUE SECRETÁRIO NÃO INTERFERIU EM SEU NEGÓCIO**  
"A empresa é apartidária, de capital aberto, e tem altos níveis de governança e as mais rígidas práticas de compliance, transparência e ética.

Salim Mattar desligou-se da administração da companhia em 13 de dezembro de 2018, quando renunciou ao cargo de presidente do conselho de administração para ocupar uma posição no governo federal", disse a empresa em nota.

A companhia informou ainda que o diálogo com o poder público sobre a atuação do setor durante a pandemia foi feito por meio das associações que representam o setor (Anav, Abta e Fensaloc). "Antes de o decreto federal ser promulgado, diversos entes da Federação já haviam reconhecido o aluguel de carros como atividade essencial no contexto da pandemia."

Existia uma relação prévia direta com Bolsonaro que não poderia ser desprezada. Evidente que todas as locadoras se beneficiaram [com o decreto], mas a Localiza é a maior e hoje seu ex-controlador está no governo", afirmou Menezes.

O ex-presidente da comissão disse que, durante o governo Michel Temer (MDB), o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pediu orientação sobre o que fazer porque tinha dividendos de exercícios anteriores à sua posse no cargo a serem pagos e ele tinha dúvidas se poderia recebê-los.

Meirelles optou por não receber dividendos devidos enquanto estivesse no governo, ainda segundo Menezes.

"Eduardo Guardia [que sucedeu Meirelles] criou um fundo que administrava seus recursos oriundos de ganhos anteriores da iniciativa privada para que os fossem usufruídos quando ele deixasse o cargo", afirmou. Guardia não tinha ingerência sobre o fundo.

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Salim doou quase R\$ 3 milhões a campanhas.

Diversos integrantes do governo, como Onyx Lorenzoni, ex-ministro chefe da Casa Civil e atual ministro da Cidadania, e Rogério Marinho, ex-secretário especial de Previdência do Ministério da Economia e atual ministro do Desenvolvimento Regional, receberam doações de Salim, que à época comandava a Localiza.

Candidatos do então partido de Bolsonaro, o PSL, também receberam recursos. O atual presidente não foi financiado pelo empresário.

são de Ética Pública Mauro Menezes discorda.

Segundo ele, Salim é um servidor de caráter especial pelo cargo que ocupa. Por isso, ele também responde pela Lei de Conflito de Interesses.

"Essa lei tenta barrar situações em que, direta ou indiretamente, o servidor pode enfrentar, ou vir a enfrentar, choque entre o interesse público e privado", disse à Folha.

Para Menezes, a empresa controlada pela família de Salim se beneficia de uma decisão tomada pelo presidente da República, a quem Mattar apoiou durante a campanha e possui interlocução direta.

"Há que ver se ele fez doações de campanha ao presidente ou integrantes do governo", disse.

"Existia uma relação prévia direta com Bolsonaro que não poderia ser desprezada. Evidente que todas as locadoras se beneficiaram [com o decreto], mas a Localiza é a maior e hoje seu ex-controlador está no governo", afirmou Menezes.

O ex-presidente da comissão disse que, durante o governo Michel Temer (MDB), o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pediu orientação sobre o que fazer porque tinha dividendos de exercícios anteriores à sua posse no cargo a serem pagos e ele tinha dúvidas se poderia recebê-los.

Meirelles optou por não receber dividendos devidos enquanto estivesse no governo, ainda segundo Menezes.

"Eduardo Guardia [que sucedeu Meirelles] criou um fundo que administrava seus recursos oriundos de ganhos anteriores da iniciativa privada para que os fossem usufruídos quando ele deixasse o cargo", afirmou. Guardia não tinha ingerência sobre o fundo.

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Salim doou quase R\$ 3 milhões a campanhas.

Diversos integrantes do governo, como Onyx Lorenzoni, ex-ministro chefe da Casa Civil e atual ministro da Cidadania, e Rogério Marinho, ex-secretário especial de Previdência do Ministério da Economia e atual ministro do Desenvolvimento Regional, receberam doações de Salim, que à época comandava a Localiza.

Candidatos do então partido de Bolsonaro, o PSL, também receberam recursos. O atual presidente não foi financiado pelo empresário.

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
painelsa@grupofoh.com.br

### Vitrine

Marcas de vestuário brasileiras com décadas de existência, que tradicionalmente sempre localizaram suas lojas em shoppings, começam a fechar unidades em alguns empreendimentos. Redes como MOB, TNG, SideWalk e Jogê são algumas das que devem voltar desfalcadas quando a quarentena terminar. A avaliação é que os custos com aluguel e condomínio nos shoppings ficaram muito altos diante da crise e que haverá uma tendência de abrir lojas em ruas após a pandemia.

**PORTA FECHADA** João Coelho da Fonseca Filho, presidente da rede de lingerie Jogê, que tem mais de 50 anos em shoppings, diz que na última década começou a abrir lojas em ruas, e que essa estratégia deve se reforçar agora. "Vou com as franquias para rua", afirma. A empresa, que tem 38 lojas de shopping, entregou as chaves de quatro recentemente.

**CABIDE** Tinho Azambuja, da SideWalk, diz que tem quatro ou cinco unidades "na mira" para fechar e duas lojas próprias para virar franquias. "Elas não são superavitárias porque nosso sistema de tributação é mais caro, mas para franquias do Simples são lojas boas", diz. Segundo ele, as SideWalk dos shoppings Higienópolis, Center Norte e Anália Franco devem fechar.

**NA CALÇADA** Tito Bessa Junior, dono da rede TNG, também planeja fechar unidades em shoppings para abrir fora deles. "A loja de rua fatura 20% ou 30% a menos, mas ela tem um quarto do custo de operação", afirma o empresário.

**ENDEREGO** Parte deles diz acreditar que, após a crise, haverá uma tendência entre as marcas de menor porte de procurar abrir lojas em locais de ocupação mais barata. Além do comércio de rua, as opções são os outlets, que têm estrutura de cobrança diferente, ou as chamadas strip malls, que são agrupamentos de lojas a céu aberto.

**TOSSE** Grandes companhias aéreas começam a avisar passageiros que o uso de máscara na aeronave vai ser obrigatório. Air France e KLM afirmaram nesta segunda-feira (4) que o item será necessário no embarque e em toda a viagem a partir do dia 11 de maio nos voos que seguem operando. Cada passageiro terá de levar sua própria máscara.

**ESPIRO** A Latam também anunciou a medida nesta segunda-feira. No domingo (3), a Gol já avisou seus clientes que a partir do dia 10 eles terão de utilizar o item de segurança. De acordo com a Azul, a medida é uma orientação aos passageiros e a companhia não vai fornecer as máscaras, mas pede que elas sejam usadas.

**PIPOCA** O Allianz Parque quer lançar um modelo de drive-in com filmes, shows e palestras para os espectadores assistirem de dentro de seus carros no estádio. A companhia estima que os eventos, batizado de Arena Sessions, terão capacidade para receber 300 automóveis e devem começar ao longo dos próximos dois meses.

**CHAVE** A Via Varejo, dona das Casas Bahia e do PontoFrio, comunicou nesta segunda (4) que 224 de suas 1.073 lojas físicas foram reabertas desde o início de abril. Segundo a empresa, as unidades que retomaram suas atividades estão com vendas similares aos níveis anteriores à pandemia.

**CADEADO** A varejista diz que até o dia 7 de maio, 233 lojas estarão em funcionamento. O fechamento temporário de todas as unidades no país para conter o coronavírus foi anunciado no dia 22 de março.

**DESPEDIDA** Os empresários Sebastião Bomfim, dono da Centauro, e Edgard Corona, das academias de ginástica Smart Fit e Bio Ritmo, deixaram de participar do grupo de empresários Brasil 200 depois que o porta-voz do grupo, Gabriel Kanner, fez críticas a Jair Bolsonaro, na ocasião da demissão de Sergio Moro do Ministério da Justiça.

**TELA** A saída dos dois empresários aconteceu após a coluna PAINEL S.A. antecipar, nesta segunda (4), que o grupo Brasil 200 agendou uma live com o vice-presidente Hamilton Mourão para quinta-feira (7).

**ORIGEM** Procurado, Kanner disse que o instituto defende os princípios de uma agenda econômica liberal, que carrega desde a fundação, há cerca de dois anos, por seu tio Flávio Rocha, dono da Riachuelo. A coluna enviou mensagens a Bomfim e Corona sobre a saída e eventos políticos no país, mas não obteve resposta.

**VOZ** "Em nenhum momento o Brasil 200 se propôs a ser um instituto chapa-brancogovernista. Sempre apoiamos as pautas importantes do governo e nos permitimos o direito de fazer críticas construtivas", afirma Kanner.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

# Embraer negocia socorro com BNDES após Boeing cancelar compra da divisão comercial

**RIO DE JANEIRO** O BNDES negocia com a Embraer e bancos privados operação de socorro semelhante ao que vem negociando com as companhias aéreas brasileiras. A expectativa é que o acordo com a fabricante de aeronaves seja concluído até junho.

As conversas foram iniciadas após o rompimento do acordo de compra da área de aviação comercial da Embraer pela Boeing, no fim de abril. Assim como o setor de transporte aéreo, os fabricantes de aviões enfrentam efeitos da suspensão de viagens após o início da pandemia de coronavírus.

A informação foi divulgada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela Folha.

Nem BNDES nem Embraer comentaram o assunto, mas a reportagem apurou que a ideia é usar o mesmo modelo em negociação com as companhias aéreas.

O modelo prevê a participação de bancos privados e a oferta de um pacote de diferentes instrumentos de mercado, como empréstimos, compra de participação acionária ou títulos lastreados em ações, como debêntures conversíveis.

A empresa apoiada terá que renegociar dívidas com instituições financeiras e se comprometer a suspender distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de bônus a executivos. O banco espera anunciar as primeiras

operações com empresas aéreas ainda em maio. Não há ainda um valor definido para a operação da Embraer, embora a empresa tenha falado em US\$ 1 bilhão. A companhia fechou 2019 com prejuízo de R\$ 1,3 bilhão, o dobro das perdas registradas em 2018. O resultado, porém, incluiu baixa contábil do segmento de aviação executiva, que seria vendido à Boeing.

Em documento enviado à CVM na quinta (30), a Embraer enumera entre os potenciais efeitos da pandemia atrasos nos pagamentos e cancelamento de encomendas de aeronaves já feitas, tanto na aviação civil quanto em jatos executivos. Nicola Pamplona

## INDICADORES

### JUROS

Abri. em % ao mês



Fonte: Procon-SP

### CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Compartilhada a abrir\*

**Autônomo, empregador e facultativo**  
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209  
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

**MEI (Microempreendedor)**  
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

**Assalariado**  
Até R\$ 1.045 Alíquota 7,5%  
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%  
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%  
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

\*O prazo para empresas vencer foi do 20 maio e, para pessoas físicas, vencer em 15 maio.

### IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Dezidir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
A partir de 4.664,68	27,5	869,36

### EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R\$	Máximo em R\$
Empregado	7,5%	97,04	713,09
		a 14%	
Empregador	20%	236,59	1.220,21

\*O prazo para o patrão da doméstica vencer no dia 20 maio. A guia de pagamento dos patros inclui a contribuição ao INSS do empregador e doméstica, o FGTS, multa para a demissão e a seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário.

## mercado coronavírus

# Emitir moeda como solução sem custos parece voluntarismo perigoso

Foco tem de ser em proteger vidas, os mais vulneráveis, os informais, os empregos; o resto é luxo

## OPINIÃO

Ilan Goldfajn

É presidente do conselho do Credi Suisse no Brasil, presidido pelo Banco Central entre junho de 2016 e março de 2019

Não é o momento de minimizar, reduzir, negar. A atual pandemia é das mais graves que as atuais gerações já enfrentaram. Suas consequências nos colocam diante de uma crise econômica de grandes proporções, a recessão e o desemprego vão atingir níveis recorde.

O papel do governo, da sociedade de forma geral, é proteger os mais vulneráveis, aqueles que não têm recursos e condições de atravessar esta crise, que será dura, mas passageira. O objetivo é evitar que esta crise tenha consequências permanentes, principalmente perda de vidas, mas também de empregos e da capacidade da economia de se recuperar, assim que a pandemia permitir.

O governo precisará despende um montante elevado de recursos, a exemplo de quase todas as economias do mundo. Os gastos no presente nos levarão a tomar emprestado do futuro. A dívida pública vai aumentar substancialmente.

O problema, ao contrário do resto do mundo, é que entramos nesta crise já comprometidos do ponto de vista fiscal.

Entre os emergentes, o Brasil já tinha uma dívida bruta elevada, de 76% do PIB, ante média de 50% do PIB das economias emergentes.

Neste ano, dada a necessidade de gastar mais para proteger as pessoas em situação vulnerável e garantir maiores recursos para saúde, o aumento do déficit e queda do PIB levará a dívida para ao menos 90% do PIB.

Já faz anos estamos reformando a economia para ten-

tar estabilizar a dívida pública como proporção do PIB, que ainda crescia no momento que a crise eclodiu. Nesta crise, infelizmente, temos gastos maiores do que nossa condição fiscal permite. Mesmo indo ao limite do possível, e um pouco além, será imperativo fazer escolhas e focar as despesas que consideremos prioritárias.

O momento é de enfrentar a realidade, não negar. Isso significa rechaçar saídas ilusórias para o problema de falta de recursos. As saídas sem custos, infelizmente, não existem.

Queria oferecer minha contribuição numa área que envolve certo obscurantismo técnico, mas, com um certo cuidado, pode ser esclarecido: emitir dinheiro resolve o nosso problema de falta de recursos? A resposta, que darei no final, é que não escapamos de focar, fazer escolhas com os recursos públicos.

Em primeiro lugar, precisamos entender o que significa emitir dinheiro no mundo moderno.

Emissão monetária não é impressão de papel-moeda (bilhetes e moedas metálicas), que é parte pequena dos nossos meios de pagamento (apenas em torno de 3% a 4% do PIB). Moeda é algo mais digital (depósitos nos bancos ou reservas bancárias no Banco Central). Não será por meio de mais impressão de papel-moeda que conseguiremos financiar 10% do PIB, nem teremos repentinamente mais demanda espontânea na crise (na verdade, parece que o isolamento em casa tem reduzido, talvez até permanentemente, o uso de moeda manual).

"Emissão de moeda" ou fazer QE (sigla em inglês para a política monetária que prevê expansão de moeda) são formas de emitir algum pas-

sivo do Banco Central. Esses passivos podem ser reservas bancárias remuneradas (típico no exterior, aqui serão chamadas depósitos voluntários) ou operações compromissadas (chamadas repos no exterior, são mais comuns no Brasil, por razões históricas como a cultura do overnight, necessidade de garantia do título, entre outros).

A emissão monetária significa elevar o passivo reservas bancárias/depósitos voluntários (ou compromissadas no Brasil) para poder adquirir ativos ou dar crédito. No QE, a contrapartida da compra de ativos públicos e privados é também emissão desse mesmo passivo.

Há diferenças sutis, pois o QE é usado normalmente quando se chega ao chamado Zero Lower Bound, uma taxa de juro básico tão baixa que limita a ação da autoridade monetária. Mas, para o atual debate no Brasil, acho que podemos tratar emissão monetária ou QE da mesma forma.

O passivo do BC é uma dívida do governo. No Brasil, as compromissadas formalmente fazem parte do nosso conceito de dívida pública. Mas, mesmo que não fossem e tivessem o mesmo status de reservas bancárias/depósitos voluntários, continuariam sendo um passivo do governo, no sentido de que é um compromisso do governo com a sociedade. Em outras palavras, para todos os fins, aumento do passivo do BC eleva a dívida do governo.

Tanto as reservas remuneradas quanto as compromissadas são passivos remunerados pela taxa de juros básica do governo (Selic no Brasil), custo equivalente a emissão de títulos do Tesouro Nacional (TN) de duração de um dia (as chamadas Letras Financeiras Tesouro).

Endividar-se via TN ou via "emissão monetária" (aumento do passivo do BC) tem o mesmo custo para a sociedade.

Na ausência de repressão financeira (e/ou controle total de capitais), a sociedade tem a opção de reter ou não esses passivos do BC, remetendo ao exterior ou comprando bens ou ativos reais. Há sempre a possibilidade de fuga da moeda, como é o caso da Argentina e de outros países.

Não há em economias emergentes, abertas financeiramente como a brasileira, formas de garantir de maneira automática e mecânica maior financiamento da sociedade seja via di-

vida do TN, seja do BC.

A capacidade de o BC se endividar, portanto, também depende da remuneração dos seus passivos. Uma remuneração muito baixa pode pressionar os detentores da nossa dívida a remeter recursos para outros países. Mas não são apenas os investidores estrangeiros. Esses detentores da dívida (TN+BC) somos nós mesmos, a grande maioria da dívida pública é detida por brasileiros. Nenhum país do mundo resiste à fuga dos ativos domésticos por seus cidadãos.

A remuneração requerida dos passivos do governo, seja BC ou TN, depende das expectativas domésticas (inflação, risco Brasil, reformas, fiscal, institucional, entre outros), mas também depende das alternativas disponíveis aos investidores no exterior, inclusive aos brasileiros.

Minha avaliação é que tanto a nossa situação fiscal quanto o quadro institucional pioraram. Portanto, o risco Brasil e os juros de equilíbrio devem ter se elevado na crise, não caído.

Orisco percebido dos detentores da dívida (BC+TN) deve ter subido nesta crise. A busca por juros básicos um pouco menores para ajudar/estimular deve ocorrer, mas de forma moderada e cautelosa. No entanto, há que ter em mente que juros muito menores vão na direção contrária ao risco percebido. Avançamos muito institucionalmente nos últimos anos, mas os avanços foram e sempre serão lentos. Não há garantias.

Forçar/pressionar uma remuneração muito abaixo do equilíbrio pode ter consequências que variam de toleráveis a dramáticas.

O tolerável seria uma depreciação significativa do real (overshooting), mas controlada, que barateie nossos

ativos de tal forma que os investidores esperem uma apreciação futura da moeda que compense pelo risco maior de investir no Brasil. Há sempre risco de esse processo afetar expectativas de inflação a médio e longo prazo.

Já a depreciação descontrolada ocorre quando processos de overshooting desencadeiam dinâmicas perversas, processos autorrealizáveis, empresas fazendo hedge do patrimônio, repasse cambial não linear que afete inflação a curto e médio prazo, necessidade de subida de juros na crise.

O mais dramático seria perdemos a âncora monetária. Nesse caso, o experimento malsucedido na crise pode levar a uma fuga da poupança nacional, perda de anos de credibilidade na moeda.

A resposta seria uma subida de juros, o que traria desconfiança na rolagem da dívida. Portanto, recomendo que busca de juros menores ocorra com cautela, até porque o BC controla o juros de curto prazo, mas não os juros de equilíbrio que os investidores exigem para comprar um título do Tesouro Nacional.

Foram necessárias décadas de juros altos e avanços na parte fiscal/monetária/institucional que permitiram a atual credibilidade da moeda brasileira. A essa credibilidade devemos se a não dolarização da economia, o fato de a poupança permanecer no país, e o baixo repasse da variação cambial aos preços (pass-through).

Graças a isso, já não é mais necessário dar um choque de juros (para cima) em crise. Mas não podemos tomar essa credibilidade da moeda como dada. Essa conquista tem que ser cultivada e trabalhada permanentemente. Portanto, falar em emitir moeda como uma solução sem custos me parece um voluntarismo perigoso e desnescessário.

Em suma, não escapamos de focar e fazer escolhas na distribuição de recursos, nos gastos do governo. Para mim, isso significa concentrar no que é realmente necessário: proteger as vidas, as pessoas mais vulneráveis, os informais e autônomos, os empregos, e as pequenas e médias empresas.

Quase todo o resto é luxo.

## PERUANOS TAMBÉM FAZEM FILA POR SEUS R\$ 600

Peruanos aguardam entrada em banco na cidade de Puno para sacar a segunda parcela de auxílio emergencial de 380 novos soles, o equivalente a R\$ 624, valor semelhante ao benefício no Brasil



Carlos Marmán/APP

## Itaú dobra reservas contra calotes, e lucro cai 43,1%

Isabela Bolzano

SÃO PAULO O Itaú Unibanco dobrou as reservas para cobrir eventuais calotes no primeiro trimestre ante igual período de 2019, para R\$ 10,4 bilhões.

Esse aumento também foi responsável por pressionar o lucro do banco, que recuou 43,1% no período, para R\$ 3,9 bilhões.

A instituição financeira elevou as provisões para amenizar os possíveis impactos da crise econômica do coronavírus. Os grandes bancos, que acabaram adotando parte das

linhas emergenciais divulgadas pelo governo para injetar dinheiro na economia, já haviam afirmado a expectativa de aumento na inadimplência.

O Itaú Unibanco foi o terceiro grande banco a divulgar seus resultados. O primeiro foi o Santander, que registrou um aumento de 10,5% no lucro do primeiro trimestre (para R\$ 3,9 bilhões).

O segundo foi o Bradesco, que também aumentou as reservas para calotes e teve perda de 40% no lucro do período, um avanço de R\$ 3,8 bilhões.

A inadimplência do Itaú

Unibanco em operações de crédito no Brasil teve um leve recuo no primeiro trimestre, de 3,7% para 3,5%. A inadimplência só aumentou nas operações para pessoas físicas, de 4,4% para 5,4%. Segundo o banco afirmou em relatório divulgado nesta segunda-feira (4), isso ocorreu devido ao aumento das cartelas de maior risco no mix de produtos oferecidos.

A carteira de crédito total do Itaú para o Brasil ficou em R\$ 573,7 bilhões no período, um avanço de 19,4% em relação a iguais três meses

de 2019. O destaque ficou com as micro, pequenas e médias empresas, cujos empréstimos subiram 31,9%, para R\$ 104,5 bilhões.

Parte desse avanço é resultado do pacote de medidas para injetar liquidez (oferta de dinheiro) no sistema financeiro, proposto pelo Banco Central, como a possibilidade de empréstimos garantidos por letras financeiras às instituições financeiras e a redução dos compulsórios (parcela do dinheiro dos clientes que os bancos deixam retida no BC).

Além disso, os bancos também são responsáveis por 15% do total de recursos — os outros 85% serão financiados pelo governo — a serem emprestados pela linha de crédito emergencial voltada para financiar a folha de pagamento de pequenas e médias empresas (com faturamento anual de R\$ 300 mil a R\$ 10 milhões). O crédito total a ser liberado é de R\$ 40 bilhões.

A carteira de pessoas físicas do Itaú Unibanco cresceu 12,4%, para R\$ 238,1 bilhões. A das grandes empresas subiu 24,5%, para R\$ 231,1 bilhões.

## BC regulamenta open banking e duplicata eletrônica

BRASÍLIA O Banco Central regulamentou, nesta segunda-feira (4), o open banking, ou Sistema Financeiro Aberto, plataforma pela qual o consumidor poderá compartilhar seus dados financeiros com outras instituições em busca de condições de crédito melhores. O objetivo é que o cliente consiga empréstimos mais baratos, o que aumenta a concorrência no setor.

Na prática, por meio de uma plataforma, ele terá acesso aos produtos financeiros de outras instituições e poderá escolher o mais vantajoso. Para isso, ele precisará ceder dados pessoais e bancários. O consumidor poderá escolher se quer ou não compartilhar suas informações.

Apenas os grandes bancos serão obrigados a entrar no sistema. Já os menores e outras empresas, como administradoras de meios de pagamentos e fintechs, poderão optar por participar, desde que também forneçam informações.

OBC também regulamentou a duplicata eletrônica. A regra determina que as duplicatas sejam registradas em ambiente digital centralizado. Antes, os títulos eram emitidos em papel e eram dispersos.

A duplicata é um título emitido a partir da comercialização de uma mercadoria ou serviço a prazo.

Larissa Garcia

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@goul.com.br

Temeroso das ações do governo, agronegócio reduz apoio a Bolsonaro

O agronegócio, uma forte base de apoio a Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, está reduzindo o apoio ao presidente.

A agropecuária ainda está com ele, mas o agronegócio, como um todo, começa a repensar esse apoio.

Essa é a avaliação de um participante do Ministério da Agricultura, que define a agropecuária como os setores que atuam dentro da porteira, e o agronegócio, de modo mais amplo, como os fora dela.

O presidente tem apoio maior na agropecuária por que os produtores são simpáticos às políticas do seu governo, principalmente as relacionadas ao

ambiente, à demarcação de terras indígenas e à reforma agrária, temas caros ao setor.

Não são todos, mas os que estão com o presidente são bastante ativos e têm muita atuação nas mídias sociais.

Já o setor fora da porteira, que depende da normalidade da atividade, tanto nas relações internas como nas externas, começa a avaliar melhor o cenário porque tem muito a perder, segundo outro participante da Agricultura.

As atitudes do presidente, da família dele, de alguns ministros e até de produtores e de associações mais exaltadas estão se tornando amea-

ças concretas ao setor.

Essa preocupação vem até da base parlamentar do presidente na Câmara. Um deputado ligado ao centrão diz que o grupo está com o presidente, mas que fica cada vez mais difícil apagar os incêndios provocados por atitudes dele e do seu família.

Outro parlamentar diz que esses afrontamentos de desnecessários atrapalham e se pergunta o que o país tem a ganhar com essas brigas.

Mas as preocupações maiores vêm de empresas, consultorias, exportadores, indústrias e de insumos e frigoríficos.

Essas lideranças estão inco-

modadas com a volta do tom lá dá cá, o que muda o combinado com os eleitores.

Além disso, certas atitudes e ataques do governo avançam perigosamente na direção contrária à manutenção de um bom fluxo externo. O agronegócio é um dos setores menos afetados na atual pandemia e com um bom fluxo de exportações, segundo eles.

Os produtores com uma visão melhor de mercado, que sabem quanto o agronegócio brasileiro depende do exterior, estão incomodados com essas investidas contínuas de Bolsonaro e da família dele contra o Congresso, o Supremo e os grandes importadores de alimentos do Brasil, como a China e o Irã. Está na hora de menos mídia social e mais gestão, segundo eles.

Na avaliação de um parla-

mentar, o produtor poderá prejudicar a própria agricultura com esse radicalismo. Parte deles não quer mais discussões técnicas, mas apenas debate político em redes sociais.

Há confronto entre os próprios produtores. Enquanto alguns associações demonstram apoio a Bolsonaro, produtores afirmam que essa não é a função de entidades que têm por objetivo defender as causas do campo.

Segundo o dirigente de uma associação, preocupa o pensamento de parte dos produtores de que o agronegócio não depende de ninguém e de que os importadores, principalmente os chineses, vão ter de "comer em nossas mãos".

Mercado é sempre mercado e está sujeito a mudanças bruscas, segundo ele, que se pergunta o que o país faria

com tanta soja e milho sem os principais importadores.

Parte das lideranças está consciente de que é preciso agir à altura das provocações do gabinete do ódio, que agora mira também o agronegócio e a ministra Teresa Cristina.

Quanto à ministra, embora tudo seja possível neste governo, sua demissão, solicitada por parte dos que temem a China, não será fácil.

Teresa Cristina, além de ser um diferencial no governo, na avaliação do setor, foi colocada com o apoio da bancada ruralista, uma das bases desestabilizadas do presidente. Quem ganha mais com o presidente corre o sério risco de ser expulso do governo. Não é o caso dela, que, apesar de não ser bolsonarista, se mantém atuante, mas discreta no cargo.

Câmara volta a ampliar poder do BC na PEC do Orçamento de Guerra

Deputados aprovam em 1º turno texto-base de proposta que retira amarras para combate à pandemia

Danielle Brant e Thiago Resende

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou nesta segunda-feira (4) em primeiro turno o texto-base da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que cria o Orçamento para ações de combate ao coronavírus e voltou a ampliar a atuação do Banco Central na compra de títulos.

A primeira parte do texto-base, com os dispositivos que foram acolhidos, recebeu 481 votos a favor e 4 contrários — a proposta precisava receber votos favoráveis de pelo menos 308 deputados (três quintos da Casa).

A seguir, os deputados decidiram, por 326 a 143, suprimir o dispositivo que condicionava benefícios tributários a empresas à manutenção de empregos e também as alíneas que limitavam a atuação do BC.

Os deputados votariam depois sugestões de alteração, o que ainda não havia ocorrido até a conclusão deste texto. A seguir, a PEC seria submetida a votação em segundo turno. Depois, seguiria para promulgação pelo Congresso.

Articulado pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o texto retira amarras para que a equipe do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tenha mais agilidade e flexibilidade para



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, conduz votação da chamada PEC do Orçamento de guerra

adotar medidas emergenciais.

A PEC cria um regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações durante o estado de calamidade pública, aprovado pelo Congresso até o fim do ano.

A ideia é separar o Orçamento fiscal, que reflete desembolsos recorrentes com Previdência Social e custeio da máquina pública, do Orçamento extraordinário, criado para me-

das a serem tomadas durante a pandemia do Covid-19.

O texto, por exemplo, afrouxa normas para contratação temporária de pessoal e também de obras e serviços para enfrentamento da pandemia.

A PEC também libera o governo de cumprir, neste ano, a chamada regra de ouro. Essa norma impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salá-

rios, Previdência e benefícios assistenciais.

A proposta diz que, durante a vigência da calamidade pública, recursos decorrentes de operações de crédito realizadas para o refinanciamento da dívida mobiliária (dívida pública) poderão ser utilizados também para o pagamento de seus juros e encargos.

O texto aprovado volta a ampliar o poder de atuação

do Banco Central na crise. A PEC autoriza o BC a comprar e vender, no mercado secundário, ativos que tenham classificação de risco igual ou superior a BB-, o que significa grau especulativo — ou seja, o emissor poderia ter dificuldade para pagar seus títulos.

Conforme o texto da PEC, o rating teria que ser conferido por uma das três principais agências internacionais

(S&P Moody's ou Fitch).

O texto do Senado restringiria os tipos de ativos que poderiam ser adquiridos pelo BC — debêntures (títulos de dívida) não conversíveis em ações, cédulas de crédito imobiliário, certificados de recebíveis imobiliários ou do agronegócio, notas comerciais ou cédulas de crédito bancário.

A Câmara eliminou os dispositivos que traziam esse detalhamento, o que significa que o Banco Central poderia comprar os ativos acima e outros emitidos por empresas e instituições financeiras.

O relator do texto, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), afirma que a mudança buscou atender a pleito da bancada do PL — que, por sua vez, atribui a decisão a um pedido do próprio BC.

O texto estabelece ainda que a autoridade monetária deve priorizar a compra de títulos emitidos por micro, pequenas e médias empresas.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, deverá prestar contas ao Congresso a cada 30 dias sobre as operações de compra e venda de títulos.

Como contrapartida para a compra de ativos, o BC vedou que as instituições financeiras paguem juros sobre o capital próprio ou dividendos acima do mínimo estabelecido por lei ou no estatuto social.

Também vedou o aumento da remuneração, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração das empresas.

O relator suprimiu ainda artigos que estipulava que, para receber benefícios creditícios, financeiros e tributários no âmbito de programas da União, as empresas tinham que se comprometer a manter empregos.

Maia defende manter socorro a estados aprovado no Senado

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu nesta segunda-feira (4) votar o texto de socorro a estados e municípios aprovado no Senado para garantir que os entes federados tenham recursos já na primeira quinzena de maio.

O pacote aprovado no sábado (2) pelos senadores prevê em torno de R\$ 120 bilhões de socorro a estados e municípios para enfrentar a crise do coronavírus.

Como contrapartida, a proposta estabelece o congelamento de salários de servidores públicos por 18 meses, à exceção de alguns casos.

Apesar do discurso de Maia, governistas articulam uma mudança no texto justamente para ampliar o número de categorias que seriam excluídas do bloqueio de reajuste salarial. Isso deve ser feito por emenda de redação, e por isso o projeto não precisaria voltar para análise do Senado.

A alteração foi capitaneada nesta segunda pela Secretaria de Governo e encontrando resistência da ala econômica, que buscou amenizar o teor da mudança.

Desse valor, R\$ 60 bilhões seriam repassados direto para a caixa de governadores e prefeitos para recompor perda de arrecadação com ICMS (imposto estadual) e ISS (municipal).

Nesta segunda, antes do início da votação da PEC do Orçamento de guerra, Maia afirmou ser necessário aprovar rapidamente o texto do Senado para garantir os recursos aos entes federados já na primeira quinzena de maio.

Apesar de não estarem totalmente satisfeitos com o pacote do Senado, governadores pedem que o projeto seja enviado logo à sanção para o dinheiro chegue já ao caixa dos estados, que arrecadam menos na crise do coronavírus. Danielle Brant, Julia Chaib e Thiago Resende

SPMI - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA HOSPITALAR MUNICIPAL...
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO...
COTACÃO - PROCESSO IPT Nº D00238.2020 - RC39609.2020

AVISO DE LEILÃO ONLINE E PRESENCIAL - CPTM
SERÁ REALIZADO NO DIA 12.05.2020, ÀS 10H, PARA MAIS INFORMAÇÕES ACESSAR
WWW.SITELEILAO.COM.BR

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE SOCIEDADES DE APOIADOS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE NATUREZA JURÍDICA...
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
COTACÃO - PROCESSO IPT Nº D00238.2020 - RC39609.2020

BIOVIDA SAÚDE LTDA.
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL
PARA FIM DE CUMPRIMENTO DO ART. 15 DO EDITAL Nº 001/2019...
IPT INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA
CONVOCANDO AS EMPRESAS ASSOCIADAS PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 001/2020...
COTACÃO - PROCESSO IPT Nº D00238.2020 - RC39609.2020

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, DESTINADO AO CREDENCIAMENTO DE SOCIEDADES DE APOIADOS PARA PRESTAR SERVIÇOS DE NATUREZA JURÍDICA...
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
COTACÃO - PROCESSO IPT Nº D00238.2020 - RC39609.2020

# Após mais de um mês, deputados aprovam 'Orçamento de Guerra'

Câmara aprova proposta que agiliza ação contra pandemia e destrava crédito

O Globo · 5 maio 2020 · GERALDA DOCA, GABRIEL SHINOHARA, BRUNO GÓES E MANOEL VENTURA [economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br)  
BRASÍLIA

Depois de mais de um mês de negociações, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno e por 481 votos a 4, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o chamado Orçamento de Guerra. O texto flexibiliza temporariamente regras fiscais para facilitar gastos emergenciais durante a crise do coronavírus. Além de facilitar ações de combate à pandemia, o regime especial permitirá que o governo injete R\$ 36 bilhões em fundos garantidores para destravar a liberação de crédito a empresas. O projeto também abre caminho para o repasse de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, ainda em análise pelo Congresso.



A Câmara já havia dado aval a uma versão anterior do projeto no início de abril, mas a redação foi alterada pelo Senado. Por isso, precisou passar novamente pela análise dos deputados. Até anoite de ontem, a matéria ainda precisava ser votada em segundo turno. Um dos principais pontos da proposta é liberar o governo, temporariamente, do cumprimento da chamada regra de ouro. A trava fiscal impede que a União se endivide para pagar despesas correntes, como salários. Com o relaxamento provisório, o Tesouro Nacional pode recorrer mais livremente ao mercado financeiro para buscar recursos.

## AJUDA A ESTADOS

Esse é o ponto do texto que abre espaço para novos gastos, que ainda não saíram do papel. Dos R\$ 36 bilhões para crédito, R\$ 15,9 bilhões serão aportados no Fundo de Garantia de Operações (FGO), gerido pelo Banco do Brasil e que poderá ser usado por vários bancos no socorro a micro e pequenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Os R\$ 20 bilhões restantes serão aportados no Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do BNDES, para empresas de médio porte. Segundo estimativas da área econômica, a entrada do Tesouro nas operações poderá alavancar de R\$ 118 bilhões a R\$ 120 bilhões em empréstimos.

O Congresso já aprovou o projeto que trata dos financiamentos para micro e pequenas empresas com aval do Tesouro, mas a sanção presidencial estava condicionada à aprovação do Orçamento de Guerra. Segundo técnicos, o texto deve ser sancionado junto com a regulamentação da linha de financiamento.

Com a regra em vigor, negócios que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano terão acesso a empréstimos equivalentes a até 30% do faturamento que registraram no ano anterior. O dinheiro do Tesouro é necessário porque empresas menores não têm garantias em um momento em que bancos estão mais seletivos, por medo de calotes causados pela crise. O contato com as empresas que têm direito ao crédito será feito pela Receita Federal, que tem o cadastro do Simples Nacional, explicou um técnico.

A situação das empresas maiores é diferente. Essas companhias têm garantias, mas enfrentam problemas de fluxo de caixa. Nesse caso, os recursos federais serão um reforço a mais no sentido de estimular as instituições financeiras a ajudarem na travessia da crise.

A preocupação maior, explica um técnico, é manter viva a extensa cadeia produtiva, o que pode ser feito via financiamento de capital de giro das principais empresas. Entram no radar a Embraer, indústria automotiva, varejo, além de companhias aéreas. A avaliação de integrantes do Ministério da Economia é que está havendo uma deterioração muito rápida da atividade econômica e que, se o governo deixar a cadeia produtiva dos grandes setores morrer, a retomada ficará cada vez mais distante.

Segundo o relator da PEC, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), a aprovação do texto também será fundamental para assegurar a liberação dos R\$ 60 bilhões prometidos pela União a estados e municípios.

— A PEC é fundamental porque, neste momento, o governo precisa tomar medidas orçamentárias para auxiliar o Ministério da Saúde e combater o coronavírus. A aprovação também serve para o socorro aos estados e municípios. Só podemos votar esse auxílio com a PEC, já que haveria impedimentos para a liberação (de dinheiro) com as travas do teto de gastos e da regra de ouro — diz Hugo Motta.

## MENOS AMARRAS AO BC

A proposta aprovada ontem também amplia a capacidade do Banco Central (BC) de atuar diretamente no mercado. De acordo com o texto, a autoridade monetária poderá comprar títulos públicos e privados de crédito no mercado secundário.

Antes da última votação, Motta fez duas modificações nas regras sobre a atuação da autoridade monetária. Primeiro, suprimiu a previsão de que empresas beneficiadas pelas operações realizadas pela autarquia se comprometam a manter os empregos. Além disso, retirou o tre-

cho que especificava quais tipos de títulos privados de crédito a instituição poderá comprar. Dessa maneira, o órgão poderá atuar no mercado de maneira mais ampla.

Foram mantidas, no entanto, as restrições impostas quando a matéria foi analisada no Senado. Na ocasião, o relator do projeto na Casa, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), estabeleceu critérios como a obrigação de que o BC só possa comprar títulos que tenham qualidade mínima aferida por agências de classificação de risco. Além disso, as instituições financeiras que venderem esses títulos para a autarquia não poderão distribuir lucros e dividendos acima do mínimo estabelecido por lei.

As mudanças envolvendo o BC foram o principal motivo de divergências e atrasaram a tramitação da PEC. A ideia foi apresentada pela autoridade monetária para possibilitar ações mais eficazes no combate aos efeitos econômicos da pandemia. O volume de recursos parados, após algumas medidas de estímulo ao crédito anunciadas pela equipe econômica, tem sido alvo de críticas, já que o dinheiro não têm chegado na ponta.

Ainda com esse objetivo, a PEC também passou a contar, desde que passou pelo Senado, com uma flexibilização da regra que proíbe que empresas com dívidas previdenciárias obtenham crédito com garantia da União.

A mudança foi proposta pelo governo para viabilizar a medida que prevê a concessão de R\$ 40 bilhões em empréstimos para pagar salários de funcionários de pequenas e médias empresas. Desse montante, R\$ 34 bilhões serão garantidos pelo Tesouro Nacional. Ou seja, o governo assume a maior parte do risco das operações. Para se ter uma ideia do efeito do impedimento constitucional, só nos estados do Rio e de São Paulo, há mais de 530 mil inscrições na dívida ativa por causa de débitos previdenciários.

# Estados: Maia indica que votará texto do Senado

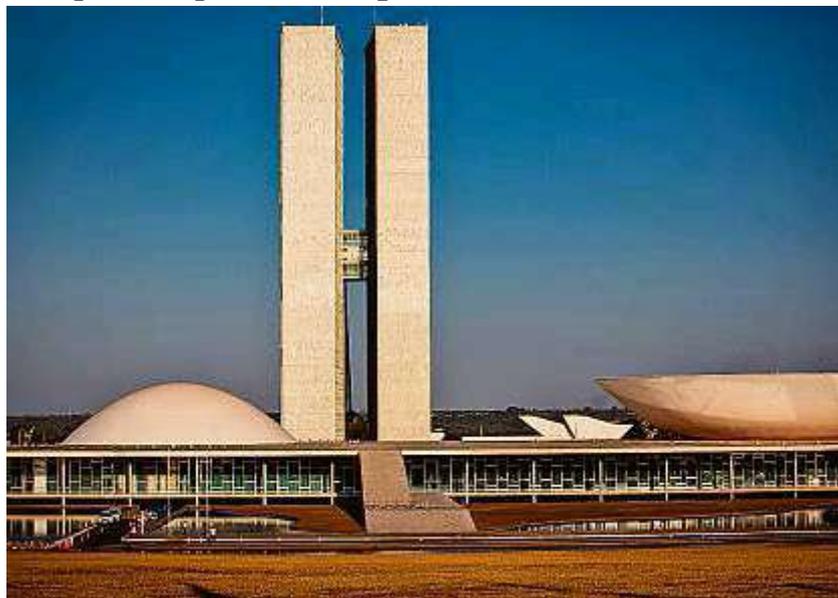
Presidente da Câmara defende rapidez para que socorro de R\$ 60 bi chegue ao caixa de prefeitos e governadores. Comitê de secretários estaduais de Fazenda diz que valor é insuficiente e que auxílio é R\$ 23,7 bi menor que o previsto no texto original

---

O Globo · 5 maio 2020 · BRUNO GÓES [bruno.goes@oglobo.com.br](mailto:bruno.goes@oglobo.com.br) BRASÍLIA

---

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem que o projeto de socorro a estados e municípios deve ser aprovado sem mudanças ao texto elaborado por senadores. Após negociação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), com a equipe econômica do governo, foi definido na proposta um auxílio de R\$ 60 bilhões aos governos locais por um período de quatro meses.



Embora a forma de distribuição seja diferente do primeiro projeto da Câmara, que condicionava a transferência diretamente ao percentual de perdas com a arredação de ICMS (estados) e ISS (municípios), Maia afirmou que é preciso votar logo o socorro. Caso haja alterações, a proposta teria que retornar ao Senado.

— Avançou na relação com o Poder Executivo.

Não podemos esquecer que o Executivo, no início, não queria dar nenhum real para estados e municípios. E a proposta que foi feita (depois) à Câmara foi de R\$ 14 bilhões. Então, mérito do presidente Davi (Alcolumbre), que conseguiu R\$ 60 bilhões para estados e municípios. Foi na linha do projeto da Câmara. É uma vitória do Congresso. Nós colocamos o tema. O Senado conseguiu mostrar ao governo que, de fato, há a necessidade deste recurso. O valor em quatro meses é muito parecido (proporcionalmente com o estimado pela Câmara em seis meses) — disse Maia.

QUEDA DE ATÉ 40%

O texto aprovado no Senado prevê R\$ 60 bilhões em repasses aos governos locais e mais R\$ 60 bilhões em medidas como a suspensão do pagamento de dívidas com União e bancos públicos. Da injeção de verba de R\$ 60 bilhões, R\$ 50 bilhões seriam recursos livres, que podem ser empregados conforme a decisão do governo local. Eles seriam divididos da seguinte forma: 60% para estados e 40% para municípios. Já os outros R\$ 10 bilhões precisam ser alocados na saúde. Deste total, R\$ 7 bilhões ficariam com os estados, e R\$ 3 bilhões, com os municípios.

Apesar da disposição da Câmara em votar o projeto aprovado no Senado, estados continuam a reivindicar um benefício maior. Em nota, o

Comsefaz, comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda, destacou que o auxílio aprovado pelo Senado é R\$ 23,7 bilhões menor que o inicialmente elaborado por deputados. Segundo o órgão, há estados que já esperam perdas de mais de 40% na arrecadação e, assim, o pacote seria insuficiente para conter as perdas.

“Os secretários de Fazenda ainda discordam da fórmula de divisão dos recursos, na proporção de 60% para os estados e 40% para os municípios que foi fixada no final. A proporção da arrecadação desses recursos em queda em 2019 foi de 67% para esta dose 33% para os municípios, é o único número que traduz as condições de perdas dos entes”, critica anota.

Mesmo criticando os critérios de distribuição, que, segundo ele, podem gerar distorções por levar em conta um “mix de indicadores”, Maia argumentou que agora é preciso dar celeridade ao projeto. Para o presidente da Câmara, estados do Sul serão os mais prejudicados.

Os senadores também asseguraram que servidores de saúde e de segurança ficarão fora do congelamento de salários previsto no texto por 18 meses.

# Audidores processam Guedes por 'discurso ofensivo' contra servidores

Em fevereiro, ministro comparou funcionário público a 'parasita'; ação pede pagamento de indenização no valor de R\$ 200 mil por danos morais

**Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo**

04 de maio de 2020 | 22h23

BRASÍLIA - Entidades que representam auditores fiscais federais, estaduais e municipais ingressaram com uma ação coletiva por danos morais contra o ministro da **Economia, Paulo Guedes**, devido ao "discurso ofensivo" do ministro ao se referir a servidores públicos. A ação foi protocolada hoje na **Justiça Federal** em **Brasília**.

A ação pede a condenação pessoal do ministro ao pagamento de indenização no valor de R\$ 200 mil por danos morais. Segundo a nota, o valor deverá ser revertido para entidades de assistência social que se destacam no combate à

pandemia do **novo coronavírus** no **Brasil**. Procurado, o Ministério da Economia não quis se manifestar.

Em fevereiro, **Guedes comparou servidores públicos a "parasitas"**.

“O funcionalismo teve aumento de 50% acima da inflação, tem estabilidade de emprego, tem aposentadoria generosa, tem tudo. O hospedeiro está morrendo. O cara (funcionário público) virou um parasita e o dinheiro não está chegando no povo”, disse o ministro em 7 de fevereiro, sob aplausos da plateia.

No mesmo dia, o Ministério da Economia divulgou comunicado dizendo que Guedes "reconhece a qualidade do servidor público" e culpou a imprensa por ter "retirado de contexto" a declaração do ministro.

Na segunda-feira passada, 27, **Guedes cobrou dos servidores sua parcela de contribuição na crise provocada pela pandemia do novo coronavírus**. "Precisamos também que o funcionalismo público mostre que está com o Brasil, que vai fazer um sacrifício pelo Brasil, não vai ficar em casa trancado com geladeira cheia e assistindo a crise enquanto milhões de brasileiros estão perdendo emprego", disse o ministro, ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

“O ministro Paulo Guedes é irresponsável ao utilizar o cargo e a visibilidade de sua imagem para tentar convencer os brasileiros de um discurso que

ofende os servidores públicos. Em defesa do serviço público de qualidade, é fundamental, neste momento, a união de todas as carreiras para impedir os repetidos desrespeitos do governo com categorias que trabalham para a construção de um país mais igualitário a todos os brasileiros”, afirma o presidente da **Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)**, **Charles Alcantara**. A entidade é uma das signatárias da ação coletiva.

As entidades argumentam que Guedes viola não só o **Código de Ética da Administração Federal**, mas também a honra, a dignidade, a imagem e a privacidade dos servidores. Na ação, a categoria ressalta ainda que "autoridades públicas devem primar, durante todo o exercício dos cargos, pelo respeito à dignidade da pessoa humana, cujos atos devem ser submetidos aos princípios da moralidade e da impessoalidade".

Assinam a ação coletiva, além da Fenafisco, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais de Tributos dos Municípios e Distrito Federal (Anafisco)**, o **Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional)**, **Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)**, a **Federação Nacional dos Auditores Fiscais Municipais (Fenafim)**, o **Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinat)** e a

**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do  
Brasil (Unafisco Nacional).**

# Aumento da Cide tem queda de braço entre representantes do setor e governo

Revendedores de combustíveis mandam carta para presidente Bolsonaro para tentar impedir um reajuste da contribuição

Mônica Scaramuzzo e Denise Luna, O Estado de S.Paulo

05 de maio de 2020 | 05h00

A **Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis)** e os sindicatos do setor da revenda enviaram ontem ofício à **presidência da República**, com cópia para os ministérios de **Minas Energia, Economia** e **Casa Civil**, para pedir ao governo que não aumente o imposto da gasolina (**Cide**), nem eleve a taxa de importação dos combustíveis, conforme pedido feito pelas usinas de **açúcar** e **álcool**.

“Seria uma incoerência o governo ajudar os usineiros e prejudicar os consumidores”, disse **Paulo Miranda**, presidente da Fecombustíveis ao **Estadão**. Miranda afirmou que o aumento da Cide teria impacto direto ao

consumidor, uma vez que o valor iria ser repassado aos preços nas bombas. “As margens das revendedoras são muito baixas e não teríamos como absorver”, afirmou.

Em carta enviada ao presidente **Jair Bolsonaro**, as revendedoras de combustíveis afirmaram que o aumento viria também em um momento completamente inoportuno para o setor, **que também está em crise e amarga uma queda vertiginosa nas vendas, entre 50 e 75%**, em média no **Brasil**, assim como para os demais elos da cadeia de combustíveis.

O **Estadão** apurou que as refinarias da **Petrobrás** estão operando a 60% de sua capacidade.

Em abril, o setor de açúcar e etanol pediu um pacote de medidas de apoio ao governo para ajudar as usinas a passar pelo momento mais crítico da crise provocada pelo **coronavírus**. Entre as reivindicações, estavam o aumento da **Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) de R\$ 0,10 para R\$ 0,30 no litro da gasolina** e o aumento da alíquota de imposto **de importação de zero para 15%**. As usinas também pedem financiamento para estocar 6 bilhões de litros de etanol e a suspensão do **PIS/Cofins**.

O aumento da Cide sobre a gasolina torna o etanol mais competitivo. “O consumo de gasolina já está muito baixo. Houve uma queda forte. Por que beneficiar uma categoria que tem recebido ajuda do governo há mais de 500

anos?”, ressaltou **José Alberto Paiva Gouveia**, presidente do **Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro)**.

“Os revendedores de todos os Estados se posicionaram contra e cobram uma posição do governo”, afirmou. O setor sugere que, em vez de elevar a Cide, o governo zere os impostos PIS/Cofins do **etanol** durante a pandemia, como forma de ajudar os usineiros.

## **Apoio**

O setor sucroalcooleiro encontra apoio na **Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)**. Com 350 usinas em operação, o setor tem enfrentado dificuldades para estocar seus produtos e levantar capital de giro para pagar as dívidas de curto prazo.

“Nosso pleito é altamente justificável. Se o governo aumentar a Cide, favorece os Estados no recolhimento do ICMS. Parte desse dinheiro pode voltar como forma de investimento na saúde nos Estados e municípios”, disse **Antonio de Padua Rodrigues**, diretor técnico da **União da Agroindústria da Cana-de-Açúcar (Unica)**.

Cerca de 100 usinas estão em recuperação judicial no País e uma boa parte dessas empresas pode fechar as portas até o fim do ano por conta da crise.

A demanda por etanol caiu 50% desde março. As cotações do álcool também tiveram forte recuo por conta do derretimento dos preços do **petróleo**.

Procurada, a Petrobrás não comenta.

# Brasil negocia mais US\$ 10 bilhões de crédito com bancos multilaterais

Recursos devem ser usados projetos de combate à pandemia da covid-19

Por Assis Moreira — De Genebra

05/05/2020 05h00 · Atualizado há 4 horas

---

O Brasil negocia a obtenção de créditos adicionais próximos de US\$ 10 bilhões (R\$ 51,6 bilhões) junto a bancos multilaterais de desenvolvimento para projetos de combate à pandemia de covid-19, conforme o **Valor** apurou.

Linhas de crédito emergenciais foram abertas nos bancos oficiais e o país que chegar primeiro com bons projetos pode levar mais recursos. Trata-se de dinheiro barato, bem mais do que o Brasil colocar títulos de dívida no exterior, por exemplo.

Normalmente, o dinheiro disponibilizado ao país por bancos multilaterais é de US\$ 5 bilhões por ano, na média. As negociações agora entre governo e essas instituições referem-se a financiamento adicional.

“Está todo mundo prometendo dinheiro para o Brasil, porque o crédito do país é bom e tem a garantia das reservas de mais de US\$ 300 bilhões”, diz uma fonte.

Para o setor público, o Banco Mundial acena com crédito a mais de até US\$ 1,5 bilhão para combater o vírus e seu impacto social e econômico. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por sua vez, acena com nova linha que pode chegar a US\$ 1,7 bilhão.

Também o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o chamado banco do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), já garantiu US\$ 1 bilhão ao Brasil por um Programa de Assistência Emergencial no Combate à Covid-19. E prometeu mais US\$ 1 bilhão ao BNDES, igualmente no contexto de combate ao vírus. Esse financiamento do banco do Brics tem prazo de pagamento de 30 anos, sendo cinco anos de carência quando o país não paga o juro nem principal.

O CAF, o Banco de Desenvolvimento da América Latina, colocou à disposição do Brasil a soma de adicional US\$ 350 milhões ao Brasil neste ano, segundo as fontes.

Por sua vez, o Banco Asiático de Investimento para Infra-estrutura (AIIB, na sigla em inglês) confirmou a autoridades brasileiras oferta de financiamento de US\$ 350 milhões. Só que o país tem antes que ratificar a entrada no banco. Isso necessita de aprovação pelo Congresso.

Financiamentos oficiais para o setor privado também poderão aumentar. A Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), integrante do Grupo Banco Mundial e a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, pode fornecer US\$ 2 bilhões a companhias do país. Igualmente o BID Invest pode disponibilizar US\$ 500 milhões para as empresas, além do US\$ 1,3 bilhão previstos antes da pandemia.

A AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento) promete € 600 milhões. O Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), o Banco de Desenvolvimento da Alemanha, propõe abrir novo financiamento de € 200 milhões para empresas brasileiras.

O Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata), por sua vez, prometeu mais US\$ 300 milhões para este ano, podendo servir a Estados e municípios.

De acordo com fontes, o volume de recursos que está sendo negociado com bancos oficiais internacionais pode ser maior. A Jica (Japan International Cooperation Agency) está em discussões com Brasília igualmente para fornecer crédito novo, por exemplo.

Bancos multilaterais sabem que o governo federal elevou o limite de financiamento externo da União (incluindo BNDES) de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 10 bilhões neste ano.

Além disso, há um limite de US\$ 2,9 bilhões em 2020 para Estados e municípios fazerem financiamento com bancos multilaterais internacionais. No entanto, surgiu um problema, incluído no projeto de socorro aprovado no Senado no sábado. O artigo 4 pavimenta o terreno para suspenderem o pagamento da dívida interna e externa em 2020. O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados.

Se o projeto for aprovado, poderá afetar novos créditos para Estados e municípios, diz uma fonte, sinalizando que uma solução forçada será ruim para todos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos  
BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando  
CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Óleo em gotas pode te livrar de dores nas articulações utilizando modo fácil  
EXTRATO VMD<sup>3</sup>

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador  
PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram e ninguém te falou, respire fundo  
GLORIOUSA

### LINK PATROCINADO

Empresário lança guia gratuito que ajuda quem quer empreender a faturar alto.  
MARCIO SÁ

## Câmara deve votar socorro aos Estados sem alteração

Para o Comsefaz, o projeto, aprovado pelo Senado é insuficiente para fazer frente à queda de receita e às despesas causadas pela pandemia

Por Raphael Di Cunto e Lu Aiko Otta — De Brasília

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

Após embates com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a cúpula da Câmara dos Deputados agora trabalha para aprovar o projeto de socorro financeiro aos Estados e municípios sem mudanças em relação ao texto do Senado e, com isso, permitir que a proposta vá direto para sanção presidencial e os repasses comecem rapidamente. A decisão, contudo, encontra resistências entre os governadores.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) divulgou nota ontem dizendo que o repasse aprovado pelo Senado é R\$ 23,7 bilhões menor se comparado à versão inicial da Câmara. Das perdas, 80% ficaram com os Estados. O cálculo considera uma queda no ICMS e ISS na ordem de 30% - a proposta da Câmara era que o governo federal compensasse essa queda na arrecadação.

Essa fórmula desagradou ao governo, que viu nela um “cheque em branco”, e negociou alterações no Senado. Com as modificações, o projeto passou a contemplar um valor fixo para a ajuda: R\$ 60 bilhões em transferências por quatro meses e mais R\$ 60 bilhões em suspensões e renegociações de dívidas (grande parte delas, já em vigor por outras leis ou decisões judiciais).

Para o Comsefaz, o projeto, tal como aprovado pelo Senado, é insuficiente para fazer frente à queda de receita e às novas despesas em função da pandemia causada pela

covid-19. Os secretários de Fazenda também discordaram da fórmula de divisão dos recursos: 60% para os Estados e 40% para os municípios. Hoje, a divisão do bolo do ICMS e do ISS é 67% para Estados e 33% para os municípios.

Apesar das reclamações, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que ele e a maioria dos líderes defendiam votar o projeto sem alterações. A ideia era votar ontem à noite, mas isso ainda não tinha ocorrido até o fechamento desta edição porque a Câmara estava concentrada em outros projetos. Era possível que o texto fosse adiado para hoje.

“O projeto avançou no Senado. O governo não queria dar nenhum centavo para os governadores e prefeitos e agora aceitou fazer um repasse num montante parecido com o que a Câmara propôs”, disse. Nas contas dele, o repasse de R\$ 60 bilhões por quatro meses é próximo dos R\$ 83 bilhões por seis meses, se considerado o repasse mensal.

O grande embate ainda é a forma de distribuição dos recursos, que privilegiou Estados e municípios menos desenvolvidos, ignorando qual a perda de arrecadação de cada um - o que, na opinião dos entes mais ricos, pode gerar distorções, de cidades com mais dinheiro em meio à pandemia do que tinham no ano passado. Mais para a frente, afirmou Maia, será possível discutir outro projeto para compensar os Estados, como os do Sul, que perderam recursos com a nova forma de distribuição. Mas o “ping-pong” da proposta, que teria que ser votada de novo no Senado se houvesse alterações, “não interessa a ninguém”. “Não devemos ter conflito entre Câmara e Senado e nunca teremos”, disse Maia.

O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) deve ser indicado novamente relator no plenário. “Estamos trabalhando para não ter alterações”, afirmou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

## Condicionalidade é retirada da PEC

Maia negocia para limitar alterações e impedir que texto volte à análise do Senado

Por **Raphael Di Cunto** — De Brasília

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a proposta de emenda constitucional (PEC) do Orçamento de guerra, que dá suporte às despesas do governo federal durante a calamidade pública decretada em decorrência da pandemia da covid-19 e concede poderes extraordinários ao Banco Central para atuar na crise econômica neste momento.

Os deputados rejeitaram, por 326 votos a 143, emenda do Senado que condicionava o recebimento de benefícios creditícios, financeiros e tributários por empresas à manutenção dos empregos. Os partidos de oposição defenderam que era preciso atrelar o uso de recursos públicos à contrapartida de preservação dos trabalhadores, mas os demais entenderam que isso pode ser tratado projeto a projeto.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que não era justo as empresas serem salvas com dinheiro público e não terem como contrapartida a manutenção dos empregos. O governo, por outro lado, dizia que isso afetaria empresas que já acessaram medidas de socorro desde o início da crise e poderiam ser obrigadas a devolvê-los por terem feito demissões. “Entendemos que a manutenção dos empregos é fundamental, mas existem outras medidas provisórias que estamos aprovando para garanti-los”, disse o líder do MDB na Câmara, Baleia Rossi (SP).

A Câmara também ampliou os ativos que o Banco Central poderá comprar nos mercados secundários financeiros, de capitais e de pagamentos. O Senado permitiu essas operações durante a pandemia, mas restringiu a seis tipos de ativos. Os deputados excluíram do texto essa lista, o que, na prática, libera a compra de qualquer ativo, como debêntures conversíveis em ações (o que poderia tornar o Banco Central a ser sócio de empresas). Também está liberada a compra e venda de títulos do Tesouro pelo BC, mas só no mercado secundário.

O relator, contudo, manteve a exigência de que o BC só possa comprar ativos com “rating” BB- ou superior, conferido por pelo menos uma das três maiores agências internacionais de classificação de risco, e com preço de referência publicado por entidade do mercado financeiro. Partidos, como o Cidadania, fizeram emenda para retirar essas traves, com o argumento de que podem impedir o socorro a micro e pequenas empresas. As emendas ainda seriam votadas ontem, o que não tinha ocorrido até o fechamento desta edição.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negociava com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que, mesmo com as alterações, o texto seja promulgado sem passar por nova votação no Senado. Para isso, contudo, ele tentava limitar as alterações as duas supressões propostas pelo relator.

Para o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), relator da PEC, é urgente promulgar a proposta logo. “O governo foi muito claro ao dizer que nenhuma medida mais poderá ser tomada se essa PEC não for aprovada. Todo o espaço fiscal, dentro da regra de ouro e do teto de gastos, já foi utilizado”, disse. A PEC libera um regime extraordinário de gastos enquanto durar o estado de calamidade pública, com regras simplificadas para licitações e permissão para descumprir as metas e regras fiscais.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

# MP sobre venda de imóveis da União entra em pauta

PEC do Orçamento de guerra e socorro aos Estados foram aprovados ontem

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

A Câmara dos Deputados e o Senado pautaram para votação esta semana três propostas com relevância econômica e que tem alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

O plano de socorro financeiro aos Estados e municípios para ações de enfrentamento ao coronavírus seria votado ontem a noite, mas, segundo projeção do Cebrap/Ello, a versão com mais chance de virar lei é a aprovada pelo Senado no sábado, que limitou o repasse direto de recursos do governo federal para governadores e prefeitos a R\$ 60 bilhões, com medidas alternativas de financiamento e antecipação de receitas pela securitização das dívidas.

Numa manobra legislativa, os senadores darão a palavra final sobre o pacote porque ignoraram a versão previamente votada pelos deputados e aprovaram um novo projeto. Com isso, alterações feitas pela Câmara serão reanalisadas pelo Senado antes do envio à sanção. O texto original dos deputados, feito com base no chamado “Plano Mansueto”, encontra-se na pauta de plenário do Senado, com “baixa” chance de aprovação, segundo o Cebrap/Ello.

Além desse projeto, a proposta de emenda constitucional (PEC) do “Orçamento de guerra”, que dá suporte para os gastos do Executivo em relação ao combate ao

coronavírus e concede poderes extraordinários ao Banco Central para atuar na crise econômica, também foi aprovada ontem.

Por último, os deputados devem analisar esta semana a medida provisória (MP) que muda regras para gestão e venda de imóveis da União, com o objetivo de ampliar as receitas do governo federal. A proposta expira no fim do mês e já teve o texto principal aprovado pela Câmara, mas ainda falta votar as emendas dos partidos.

Por causa da pandemia, as duas Casas estão com uma agenda reduzida, sem o funcionamento das comissões, e somam apenas esses quatro projetos previamente pautados em plenário. A probabilidade de aprovação dos projetos é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

**O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.**

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Próstata grande, bexiga cheia ? Você precisa ver isso agora

PROST+ACTIVE

### LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

03 pares por R\$ 219,90. Corra e compre agora, antes que acabe a promoção.

EU AMO CALÇADOS

# Pandemia atrasa, mas acordo global sairá ainda este ano, defende OCDE

Falta de decisão coletiva pode levar a onda de taxação unilateral

Por Assis Moreira — De Genebra

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

O projeto de imposto mundial sobre as atividades digitais das multinacionais sofreu atraso por causa da pandemia de covid-19, mas estará pronto até o fim do ano, sinalizou ontem Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A taxação de grandes grupos tecnológicos como Facebook, Google, Amazon e Apple, torna-se ainda mais pertinente, na visão de um bom número de governos, com países precisando de recursos adicionais no combate ao vírus.

Acionada pelo G-20, a OCDE coordena a negociação que propõe dar aos governos mais poder para tributar grandes multinacionais que fazem negócios em seus países. O plano inicial era tentar alcançar um acordo político em julho, numa conferência em Berlim com os 135 países participantes. Isso evidentemente não será possível com a pandemia.

Face às repercussões econômicas da pandemia, os ministros de Finanças estão mais concentrados na proteção das economias nacionais do que na reforma tributária internacional. A OCDE fez um evento on-line ontem para sublinhar que os trabalhos técnicos prosseguem. O projeto deve estar pronto em outubro para que as negociações finais ocorram até o fim do ano.

A avaliação é de que a taxação é ainda mais importante, considerando que as grandes companhias tecnológicas atravessam a pandemia ganhando mais dinheiro que antes e bem mais que as empresas tradicionais. Ao mesmo tempo, pagam menos impostos.

Com relação ao impacto econômico da reforma, as estimativas são de que a taxa digital mundial poderá render US\$ 100 bilhões para os países. A soma é bem modesta, comparada aos mais de US\$ 8 trilhões de estímulos que os governos anunciaram para atenuar o impacto econômico da pandemia. Não é essa taxação que vai recolocar as contas públicas em boa situação. Esse argumento é usado por grupos empresariais dos EUA e Alemanha, pedindo para o projeto ser adiado durante a pandemia.

O sentimento generalizado nos países é de que a taxação tornou-se ainda mais política e é necessária para se ter equidade fiscal. Não dá para os gigantes do digital continuarem a se aproveitar de regras tributárias ultrapassadas para deslocar seus lucros a paraísos fiscais ou a Estados que continuam a oferecer regimes fiscais vantajosos.

O projeto da OCDE tem dois pilares. O primeiro visa simplificar e reescrever as regras que determinam como os lucros das multinacionais são alocados entre os países onde atuam. A negociação prevê redistribuir direitos de percepção do imposto sobre as empresas, não mais por sua presença física em um país, mas pela atividade que realiza naquele mercado.

Hoje, os direitos de imposição vão aos países nos quais se encontram a sede social de uma empresa ou os direitos de propriedade intelectual. No futuro, serão repartidos com os países ditos de “mercado”, onde se encontram os clientes.

O segundo pilar do imposto mundial vai instaurar uma taxa mínima de imposição sobre multinacionais. A avaliação é de que elas só pagam na média 9,2% de imposto sobre lucros, ante 23,2% pagos por empresas de fora do digital.

A França já propôs cobrança de uma taxa de imposição mínima de 12,5% em nível mundial sobre o digital, e é em torno desse percentual que o acordo deve ser fechado.

A expectativa é de que o acordo seja alcançado até dezembro, porque, do contrário, haverá proliferação de taxaço unilateral. Na Europa, França, Itália, Espanha e Áustria já anunciaram a intenção de taxar a partir do ano que vem. Já os EUA veem “discriminaço” contra companhias tecnológicas.

A OCDE constata que, com a atividade global enfrentando contraço sem precedentes e os gastos públicos aumentando enormemente, as implicaçoes da covid-19 sobre as finanças públicas e a renda tributária são significativas.

Mais de 700 medidas foram adotadas por mais de 100 países, com política fiscal e tributaço tendo papel central para limitar as dificuldades causadas pelo confinamento. E devem continuar assim, à medida que os governos tentam pavimentar o terreno para uma recuperaço econômica.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos

BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando

CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador

PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem

ARTICAPS

### LINK PATROCINADO

A fortuna de Whindersson Nunes deixou sua família em lágrimas

GAME OF GLAM

### LINK PATROCINADO

Os carros mais baratos para deixar de andar de buzão

FICAR BONITA

# Projeto na Câmara propõe cobrança progressiva sobre faturamento bruto

Iniciativa segue modelo aproximado defendido pela OCDE

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---

Enquanto não há consenso internacional sobre o melhor modelo de tributação dos serviços digitais, começam a surgir no Congresso Nacional propostas para tratar do tema no Brasil. Uma das iniciativas mais robustas propõe uma cobrança progressiva sobre a receita bruta dos grandes grupos de tecnologia com sede no exterior, mas com base de usuários por aqui.

O novo tributo federal foi proposto pelo deputado João Maia (PL-RN), que protocolou na tarde de ontem o Projeto de Lei 2.358/20. O modelo foi inspirado na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis. A versão para o mercado bilionário das plataformas de internet foi batizada de “Cide-Digital”.

O novo tributo não pesaria sobre o faturamento dos grupos nacionais - já alcançados por contribuições em âmbito federal, Estadual e municipal. A Cide-Digital abarcaria os grupos com receitas brutas globais anuais superiores a R\$ 3 bilhões e que também ultrapassaram, ao mesmo período, R\$ 100 milhões de faturamento bruto no mercado brasileiro.

“Tivemos o cuidado de adotar, como medida de inclusão, o faturamento de todo o grupo econômico, e não de uma empresa em particular, para evitar o planejamento

tributário de dividir a atuação no país em diversas pessoas jurídicas menores”, registrou o parlamentar, em justificativa que acompanha o PL.

O regime de tributação progressiva adotado definiu três alíquotas sobre o faturamento bruto: 1% até R\$ 150 milhões; 3% de R\$ 150 milhões a R\$ 300 milhões; e 5% acima de R\$ 300 milhões. Essa seria uma inovação em relação ao modelo de alíquotas “estanques” adotado em outros países, com percentual fixo independente do porte das empresas.

Uma preocupação no cenário internacional é o risco de inibir novos negócios no ambiente digital. Por isso, empresas de menor porte não seriam tributadas pela Cide-Digital. Além disso, toda a arrecadação iria para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) com o objetivo de estimular a inovação no ambiente digital no Brasil e apoiar startups nacionais.

O modelo tributário foi baseado em estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A entidade tem estruturado recomendações para coibir a evasão fiscal no mercado de tecnologia.

A OCDE tem feito uma “abordagem global” para que a renda tributável dos grandes grupos seja melhor distribuída entre os diversos países. Hoje, há a percepção de que grande parte dos tributos são pagos aos Estados Unidos, por serem a sede da maioria, ou a “paraísos fiscais”, pela cobrança reduzida.

A tributação sobre a receita bruta do setor de tecnologia já recebeu o apoio da Comissão Europeia e já se encontra em estudos em várias partes da Europa. Muitos países, como o Reino Unido, resolveram aguardar a orientação da OCDE sobre o melhor caminho. O prazo acordado, no âmbito da organização, se encerra em 31 de dezembro deste ano. Porém, algumas lideranças apostam que não haverá consenso por influência dos EUA, maior beneficiado pelo modelo tributário atual.

O Ministério da Economia não apoiou até agora qualquer iniciativa de tributar as grandes empresas de internet no Brasil. O entendimento é que a proposta legislativa venha da Comissão Especial da reforma tributária cujo trabalho não avançou este ano.

O autor do PL ressalta que uma “solução internacional que estabeleça regras mais justas para a tributação dos lucros das grandes empresas de tecnologia” seria a melhor opção para o país. “Quando isso ocorrer, seremos os primeiros a defender a adesão do Brasil a esse acordo e a extinção da Cide-Digital”, registrou no texto protocolado junto ao PL.

João Maia ressalta que diversos especialistas defendem tributação sobre a receita bruta. No texto anexado ao projeto, ele lembra que essa é a posição do economista Paul Romer, prêmio Nobel de Economia em 2018, manifestada em entrevista ao **Valor**, em novembro do ano passado.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

### LINK PATROCINADO

Com PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto! Vem PICPAY

### LINK PATROCINADO

O maior e inesquecível traje da noite de gala do Oscar de todos os tempos BOBS HIDEOUT

### LINK PATROCINADO

A casa de Carolina Ferraz é diferente do que você estava esperando CASH ROADSTER

### LINK PATROCINADO

Bariátrica em cápsula seca a gordura, tira o inchaço e vira febre em Salvador PHYTOPOWER CAPS

### LINK PATROCINADO

Famosos que morreram e ninguém te falou, respire fundo GLORIOUSA

### LINK PATROCINADO

Adeus dor nas juntas! Anvisa libera pílula alemã que "engrossa" cartilagem ARTICAPS

por **taboola**

**Leia em Valor Investe**

---

## STF derruba taxa do Rio e destrava R\$ 10,2 bi

Valor está provisionado por empresas do setor de petróleo e gás

Por **Luísa Martins** — De Brasília

05/05/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

---



Eduardo Maneira: decisão é um freio que o STF coloca em taxas inventadas pelos Estados para enfrentar crises fiscais  
— Foto: Fabiano Cerchiari/Valor

O Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, derrubou a lei que havia instituído, em 2016, a Taxa de Fiscalização da Exploração e Produção de Petróleo e Gás (TFPG) no Estado do Rio de Janeiro. Em razão de liminares anteriores, a tarifa nunca chegou a ser cobrada, mas a falta de uma decisão definitiva obrigava as empresas do setor a provisionar esses pagamentos - são cerca de R\$ 10,2 bilhões que, com a declaração de inconstitucionalidade pelos ministros, devem ser destravados.

A liberação desses recursos representa um fôlego às empresas em meio à crise dos preços do petróleo, potencializada pela queda brusca de demanda devido à pandemia de covid-19 no país. Como mostrou o **Valor**, as petroleiras têm sido forçadas a reduzir custos, cortar investimentos e concentrar esforços em seus ativos mais rentáveis. O Rio de Janeiro concentra 71% da produção nacional.

Em julgamento virtual, o Plenário entendeu que a taxa violava o princípio da proporcionalidade, previsto na Constituição Federal. Foi levado em consideração o fato de que, apesar de a tarifa ter sido criada para financiar o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), o valor de arrecadação anual previsto pelo governo superava em mais de 600% o orçamento do próprio órgão, responsável pela fiscalização da atividade petrolífera no Rio.

Outra argumentação para suspender a norma foi a de que cabe apenas ao governo federal a competência tributária sobre as atividades desempenhadas em plataformas de petróleo, já que são bens da União. Além disso, pela falta de embasamento suficiente a demonstrar a necessidade da cobrança, que na prática impunha um ônus excessivo ao contribuinte, a lei também desrespeitou os princípios da finalidade e do não confisco.

A decisão foi tomada no julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade que foram julgadas em conjunto (nº 5489 e nº 5512) - uma protocolada pela Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás (Abep) e outra de autoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O relator do caso foi o ministro Alexandre de Moraes.

Esse é o segundo julgamento no STF sobre o assunto. Em dezembro, os ministros derrubaram a taxa instituída pelo Amapá, referente à exploração de recursos

hídricos (TFRH). São precedentes para a contestação de outras cobranças semelhantes nos Estados, como a Taxa de Fiscalização de Geração e Distribuição de Energia Elétrica (TFGE), também no Rio, e a Taxa de Fiscalização de Exploração de Recursos Hídricos (TFRH), do Pará.

O advogado Eduardo Maneira, que representou a Abep no julgamento, disse que a decisão do Supremo põe fim à insegurança jurídica à qual estavam submetidas as empresas de exploração e produção de petróleo e gás. “Isso é um freio que o Supremo coloca em taxas inventadas pelos Estados para enfrentar suas crises fiscais”, afirmou.

Segundo uma fonte do Ministério Público do Rio de Janeiro que acompanhou os bastidores da implementação da taxa à época do governo Pezão, a iniciativa de fato surgiu de uma fragilidade financeira do Estado - crise que perdurou e culminou na assinatura de um regime de recuperação fiscal.

“Ainda que se soubesse que a lei, gestada na Assembleia Legislativa do Rio, era juridicamente inconsistente, o governo queria sinalizar para a população que estava tomando providências para cobrar as empresas exploradoras e produtoras de petróleo”, disse a fonte.

A TFG já havia sido declarada inconstitucional pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) - a instância máxima da Corte.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) afirmou ter defendido no Supremo a constitucionalidade da lei, “sobretudo em relação à competência comum de fiscalizar as concessões de direitos de exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios e à competência concorrente para legislar sobre meio ambiente”.

A PGE disse ainda, por meio da nota, que aguarda a publicação do acórdão do julgamento para definir se vai ou não interpor os chamados embargos de declaração, um tipo de recurso que busca esclarecer eventuais pontos omissos ou contraditórios de uma decisão.